

Boa Vista Serviços S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do
exercício findo em 31 de
dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	28
Balço patrimonial individual e consolidado	35
Demonstrações dos resultados individual e consolidado	36
Demonstrações dos resultados abrangente individual e consolidado	37
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado	38
Demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado	39
Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado	40
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidado	41

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2021 foi um ano de grande aprendizado e evolução! Um ano onde consolidamos nossa inteligência analítica para evolução no desenvolvimento e comercialização de nosso portfólio de soluções, fruto de toda reinvenção, alinhamento, superação e experiências adquiridas ao longo da pandemia. Com o avanço da vacinação a Boa Vista adotou um regime de trabalho híbrido, com predominância em home-office, sem deixar de seguir as medidas sanitárias necessárias e mantendo a preocupação com a saúde de todos como uma das prioridades em nossa Companhia. Todo este aprendizado e união consolidaram a Boa Vista como uma Companhia vencedora, colaborativa e resiliente.

Nosso time trabalhou intensamente, na criação e evolução de produtos e soluções, que juntamente às sinergias provenientes da Acordo Certo e Konduto nos permitiram bater um recorde em receita, um crescimento de 19,2% sobre 2020.

Alavancamos o uso das informações do Cadastro Positivo, onde adicionamos os dados das empresas de telecomunicações aos das Instituições Financeiras, construindo novas variáveis customizadas para o aumento de performance e assertividade de nossas soluções. Isso impulsionou as vendas de analíticos híbridos junto aos nossos clientes e dessa forma, crescemos 13,6% organicamente no ano de 2021.

Para consumidores, completamos um ano de grande aprendizado e sinergias com as operações da Acordo Certo, onde conquistamos o fortalecimento e enriquecimento dos dados de nossas bases de consumidores e amadurecemos a estratégia da empresa para seu crescimento sustentável. Essas sinergias nos permitiram alavancar a plataforma de acordos com a utilização de inteligência analítica para sermos mais assertivos na busca por consumidores aptos a realizar novos acordos. Adicionalmente, nosso reconhecimento pelo mercado como um grande *player* de recuperação contribuiu para a adição de novas empresas parceiras em nossa plataforma de renegociação com o consumidor.

No mercado de Antifraude contamos com 5 meses de participação da Konduto em nosso portfólio de produtos e resultados. Aceleramos o crescimento de Soluções de Antifraude com os 3 produtos da Konduto: (i) o Performance (decisão automática em tempo real); (ii) o Completo (algoritmo + revisão detalhada de um time experiente em antifraude); e (iii) o *Safe Banking* (motor de decisão para Pix e contas digitais). Nossa expertise em *Machine Learning* permite a automatização da construção de modelos analíticos de Antifraude, utilizando a inteligência artificial para identificar padrões e tomar decisões de forma ágil e assertiva, garantindo assim incrementos em acurácia, velocidade de adaptação e customização das soluções para nossos clientes e reduzindo a necessidade de interação humana nas decisões.

O ano de 2021 não foi apenas positivo e de evolução de resultados financeiros e operacionais. Neste período, continuamos determinados e unidos apoiando nossos clientes e consumidores, com soluções para redução de risco de inadimplência e acordos, ajudando-os a enfrentar o cenário turbulento da continuidade da crise do Covid-19, mitigando suas perdas e facilitando suas decisões.

Nosso Conselho de Administração permaneceu ativo, com reuniões recorrentes, discutindo as situações relacionadas à nossa operação e deliberando as medidas necessárias em todas as esferas.

O capital humano é um dos principais ativos da Boa Vista. 2021 foi um ano de relevantes avanços no fortalecimento das iniciativas de cultura e os resultados alcançados foram muito positivos. Com base na nossa Pesquisa de Engajamento, 93% das nossas pessoas sentem orgulho de trabalhar na empresa e 96% acreditam no potencial e no futuro da Boa Vista, o que se traduziu em uma nova certificação do GPTW (Great Place to Work) entre uma das melhores empresas para se trabalhar. Estes dados evidenciam que a nossa dedicação e investimento em pessoas tem sido uma iniciativa acertada para reforçar a atração dos melhores talentos, fator essencial para a execução e manutenção da nossa estratégia de longo prazo. Com espírito colaborativo, desenvolvemos a nossa plataforma *PEOPLE ON ACADEMY* com disseminação de mais de 40 horas de conteúdo e disponibilizamos inúmeros conteúdos em nosso blog (<https://www.boavistaservicos.com.br/blog/>), tais como estudos de inadimplência, dicas para empreendedores atraírem clientes, entre outros conteúdos gratuitos, contribuindo com a formação do mercado e dos nossos clientes, reforçando o forte engajamento e conexão dos nossos clientes e consumidores com nossos produtos.

Vamos para um 2022 muito melhor preparados e com contínuo foco em nossa estratégia, desejando ainda mais conquistas, saúde e sucesso a todos os *Stakeholders*, utilizando de todo o aprendizado de 2021 para potencializar o uso de nossas Soluções Analíticas por nossos clientes, buscando ampliar nossa presença no mercado de consumidores e com crescimento contínuo no mercado de antifraude. Trabalharemos para expandir o mercado e exercer papel indispensável na geração de inteligência, dados, informações e conhecimento para, assim, apoiar o desenvolvimento de pessoas e empresas, criando soluções capazes de apoiar e facilitar a tomada de decisões importantes. Esperamos que, por meio de produtos inteligentes, analíticos, seguros e com tecnologia de ponta, auxiliemos na construção de relações de consumo mais equilibradas e ao mesmo tempo rentáveis, no Brasil.

Dirceu Gardel, CEO.

COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO

Para o devido entendimento da dinâmica dos negócios, elaboramos os comentários tanto de forma consolidada quanto orgânica (sem os resultados das adquiridas Acordo Certo e Konduto).

Os dados apresentados nessa seção consolidam os dados dos seguintes segmentos de negócio:

Orgânico:

(i) Serviços para Decisão: inclui todos os serviços de suporte a decisão (*credit reports, scoring products*, modelos de decisão desenvolvidos através de técnicas tais como gradiente *XBoost*, regressões logísticas, *decision trees* ou algoritmos que incorporam regras de negócio e data *analytics*, além de plataformas SaaS para Prevenção à Fraudes e *Marketing Solution*), sendo que parte relevante da receita auferida com esta linha de serviços provém da prestação de serviços que requerem diferentes graus de análise de dados e são passíveis de maior ou menor grau de customização;

(ii) Serviços de Recuperação: oferta de serviços de apoio a recuperação da inadimplência, através de um processo de comunicação com esses consumidores em situação de atraso em suas dívidas, privilegiando a incorporação de meios digitais e técnicas de análise para definir processos e fluxos de comunicação, que aumentem a efetividade do processo de recuperação de crédito.

Inorgânico:

Acordo Certo: Com receitas classificadas na linha de Soluções para o Consumidor dentro de Serviços para Decisão e com seus custos e despesas operacionais atrelados à prestação desses serviços consolidados em cada linha do resultado. A Acordo Certo é uma plataforma 100% digital provedora, de forma humanizada e ética, de ferramentas para a renegociação de dívidas, conectando indivíduos que buscam melhorar sua situação financeira com as grandes empresas fornecedoras de crédito.

Konduto: Com receitas classificadas na linha de Antifraude dentro de Serviços para Decisão e com seus custos e despesas operacionais de suas operações consolidados em cada linha do resultado. É uma empresa que fornece Soluções Analíticas no setor de prevenção a fraude transacional no crescente mercado de *e-commerce*, bem como Soluções de Antifraude PIX para *fintechs* e provedoras de meios de pagamento.

Receita Líquida

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Receita Líquida	207.501	172.251	20,5%	196.888	5,4%	751.282	630.299	19,2%
Serviços para Decisão	178.449	144.261	23,7%	171.253	4,2%	648.241	530.254	22,3%
Serviços de Recuperação	29.052	27.990	3,8%	25.635	13,3%	103.041	100.045	3,0%
Receita Líquida (orgânico)	192.596	171.342	12,4%	187.209	2,9%	714.694	629.390	13,6%
Receita Líquida (inorgânico)	14.905	909	1539,7%	9.679	54,0%	36.588	909	3925,1%

No trimestre, a Receita Líquida apresentou crescimento de 20,5% ano contra ano, chegando a R\$207,5 milhões, combinação de bom crescimento orgânico de 12,4%, pelo aumento da penetração de produtos híbridos, com informações do Cadastro Positivo, principalmente nos bancos digitais e *fintechs*, seguidos pelos bancos tradicionais e segmento de Serviços. Contamos com o incremento de R\$14,9 milhões de receitas oriundas das aquisições.

Quando comparado ao trimestre anterior o crescimento de 5,4% é fruto do crescimento orgânico de 2,9% dividido entre os segmentos de serviços e de Instituições Financeiras, especialmente em bancos tradicionais, somado ao crescimento das de 54,0% das adquiridas, pela consolidação total da Konduto no 4T21 e pela melhor performance de receitas da Acordo Certo.

No ano, a Receita líquida cresceu 19,2%, com crescimento orgânico de 13,6%, majoritariamente influenciado pelo crescimento de uso de nossas soluções por Instituições Financeiras, notadamente, bancos digitais e *fintechs*, seguidos em menor proporção dos segmentos de serviços e de varejo. Somada a consolidação de R\$36,6 milhões de 12 meses de Acordo Certo e 5 meses de Konduto.

Todos estes pontos estão aprofundados nas seções a seguir contendo as aberturas de receita.

Receita de Serviços para Decisão

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Serviços para Decisão	178.449	144.261	23,7%	171.253	4,2%	648.241	530.254	22,3%
Soluções Analíticas	114.668	94.032	21,9%	112.323	2,1%	417.951	333.752	25,2%
Relatórios de Risco	35.023	37.938	-7,7%	36.852	-5,0%	145.181	156.736	-7,4%
Soluções de Marketing	11.372	9.544	19,2%	9.683	17,4%	38.922	32.387	20,2%
Soluções de Antifraude	7.821	1.500	421,4%	5.452	43,5%	16.630	5.833	185,1%
Soluções para o Consumidor	9.565	1.247	667,0%	6.943	37,8%	29.557	1.546	1811,8%
Serviços para Decisão (orgânico)	163.544	143.352	14,1%	161.574	1,2%	611.653	529.345	15,5%
Serviços para Decisão (inorgânico)	14.905	909	1539,7%	9.679	54,0%	36.588	909	3925,1%

No 4T21 quando comparado 4T20, os Serviços para Decisão cresceram 23,7%, sendo 14,1% de forma orgânica, principalmente pelo aumento de Soluções Analíticas e de Soluções de Marketing, com a ampliação de contratos com clientes da base, agregando produtos de maior complexidade analítica e com informações do Cadastro Positivo.

Em relação ao 3T21, esses serviços cresceram 4,2%, principalmente pela aceleração das Soluções de Marketing e de Consumidor e consolidação de um mês adicional de Konduto versus o trimestre anterior.

Na comparação do acumulado do ano, os Serviços para Decisão cresceram 22,3%, influenciados pelo crescimento orgânico de 15,5%, liderado pelas Soluções Analíticas e as de Marketing, que incorporaram mais vendas com produtos com dados do Cadastro Positivo e, também pela consolidação de receitas das adquiridas distribuídas entre Antifraude e Consumidor.

Soluções Analíticas

As Soluções Analíticas apresentaram crescimento de 21,9% quando comparadas 4T20, impulsionada principalmente pelo crescimento dos produtos híbridos de maior valor agregado, em renovações de contratos com incremento de valores e a conquista de novos clientes, principalmente no segmento Financeiro, sendo Bancos Digitais e *Fintechs* como principal fator de crescimento, seguidos por bancos tradicionais e em terceiro lugar o segmento de serviços.

Na comparação contra o 3T21, o crescimento de 2,1% se dá principalmente pela aceleração em produtos com Cadastro Positivo em Instituições Financeiras tradicionais (bancos), seguido de varejo e telecomunicações.

Já no ano de 2021, o crescimento de 25,2% é resultado da expansão de vendas e utilização de algoritmos híbridos com variáveis do Cadastro Positivo. O crescimento foi alavancado principalmente pela intensificação do modelo de negociação baseado em “Pacotes Estratégicos”, que são contratos anuais que conferem aos clientes a facilidade na utilização de diversas Soluções Analíticas e Serviços de Decisão, conforme sua necessidade em cada momento. Esse modelo propiciou a expansão de contratos com Bancos digitais e *Fintechs*, responsáveis por mais da metade do crescimento, seguido de Instituições Financeiras tradicionais, em terceiro lugar pelo segmento de varejo e em quarto lugar o segmento de telecomunicações.

Relatórios de Risco

O 4T21, na comparação com 4T20, seguiu em linha com a estratégia de migração dos Relatórios de Risco para produtos analíticos com melhor performance e rentabilidade e assim apresentou queda de -7,7% ano contra ano, principalmente pela migração desses produtos para analíticos no segmento de Bancos Digitais e *Fintechs* seguidos pelo de varejo.

Frente ao trimestre anterior, ainda pelo motivo citado acima, esta linha apresentou queda de -5,0%, influenciada por menor utilização desses relatórios por clientes do segmento de Bancos Digitais e *Fintechs* e pela contínua migração de contratos para Soluções Analíticas.

No acumulado de 2021, obtivemos um decréscimo de -7,4% frente a 2020, resultado da trajetória esperada de redução dessa receita pela migração desses produtos nos segmentos de varejo e serviços, que foram levemente compensados por um aumento de consumo por Instituições Financeiras tradicionais.

Soluções de Marketing

As receitas de Soluções de *Marketing* apresentaram crescimento de 19,2% quando comparado ao 4T20, resultado da aceleração do produto Bluebox, solução para a identificação de clientes alvo, em especial para crédito, de acordo com parâmetros altamente customizáveis. Atualmente, o *Bluebox* tem tomado força por sua assertividade, facilidade no uso e rapidez na entrega dos dados. Este aumento de receita é resultado da estratégia de aumento de novos clientes e rentabilização de produtos com a alavancagem do Cadastro Positivo. Estas receitas são principalmente impulsionadas por Instituições Financeiras. De modo geral, este aumento comparado ao 4T20 é explicado por novos contratos de Instituições Financeiras e algumas vendas pontuais nos segmentos de telecom e serviços.

Comparado ao 3T21 esta linha apresentou crescimento de 17,4%, resultado da alavancagem significativa do Bluebox, gerando maior consumo de produtos pelos segmentos de Serviços e de Telecomunicações, e em menor proporção pelo de Indústria (manufatura).

No acumulado ano, a aceleração de 20,2% é justificada pelo crescimento concentrado em Instituições Financeiras seguido por serviços, compensando a redução nos segmentos de telecom, varejo e seguradoras.

Soluções Antifraude

Primeiro trimestre completo de Receita da Konduto, com crescimento de 421,4% comparado ao 4T20. Organicamente crescemos 21,5%, em função de novos contratos em telecom.

Frente ao 3T21 essa linha avançou 43,5%. No trimestre anterior consideramos apenas 2 meses de Receita da Konduto e neste trimestre a receita de Soluções Antifraude foi impulsionada principalmente pela (i) intensificação de acessos causado pela *Black Friday* e promoções sazonais de final de ano nos produtos de Antifraude transacional; (ii) consolidação de 1 mês adicional de resultado da Konduto e; (iii) performance do produto *Safe Banking* da Konduto, uma Solução Antifraude que monitora transações e que chega para atender a todas as demandas de carteiras digitais, transferências P2P e especialmente o PIX.

Em comparação a 2020, esta linha apresentou crescimento de 185,1% considerando a consolidação de 5 meses dos resultados de Receita da Konduto, além de aumento de performance da adquirida nos últimos meses.

Soluções para o Consumidor

No trimestre, as Soluções para o Consumidor cresceram 667,0% frente 4T20, principalmente pela consolidação das operações da Acordo Certo que influenciaram em apenas 10 dias o resultado do 4T20.

Quando comparado ao 3T21, aceleramos a receita do trimestre em 37,8%, resultado que ocorreu principalmente pelo aumento de acordos decorrentes da sazonalidade já esperada no final do ano fruto de proventos como 13º salário e adiantamento de férias que levam os consumidores a sanarem suas dívidas. Adicionalmente, tivemos a adição de novos parceiros disponibilizando suas dívidas para renegociação em nossa plataforma, aumentando a curva de performance quando de seus ingressos na plataforma em função da ampliação da base disponível para renegociação. Podemos destacar também, como fator de aceleração, os segmentos de Instituições Financeiras.

No acumulado do ano, o crescimento de 1811,8% versus 2020 é reflexo das operações da Acordo Certo, uma vez que em 2020 contávamos com apenas 10 dias de faturamento desta empresa em nossos resultados. Organicamente obtivemos forte avanço no segmento Instituições Financeiras.

Receita de Serviços de Recuperação

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Serviços de Recuperação	29.052	27.990	3,8%	25.635	13,3%	103.041	100.045	3,0%
Soluções Digitais	17.492	12.877	35,8%	15.387	13,7%	58.855	45.359	29,8%
Soluções Impressas e Relatórios	11.560	15.113	-23,5%	10.248	12,8%	44.186	54.686	-19,2%

As receitas de Serviços para Recuperação apresentaram crescimento de 3,8% na comparação com o 4T20 motivado, principalmente, pelo segmento de serviços ainda mais ativos nas cobranças digitais. Seguimos com a estratégia de migração das Soluções Impressas para meios digitais.

Crescimento 13,3% frente ao 3T21, resultado da sazonalidade tradicional de envio de notificações e cartas no período de final de ano, demonstrando uma aceleração nos segmentos de Instituições Financeiras e Serviços.

O aumento de 3,0% no ano de 2021 em comparação ao acumulado 2020 foi reflexo do maior número de comunicados enviados e do avanço em direção à migração para os comunicados digitais.

Soluções Digitais

O principal motor para o crescimento de 35,8% das Receitas de Soluções Digitais frente ao 4T20 foi o aumento de envio de comunicados de débito originados pela migração de cartas para as Soluções Digitais e o aumento da volumetria de comunicados pelos clientes.

Na comparação contra o trimestre, o crescimento de 13,7% se deu principalmente pelo aumento sazonal de comunicados de final de ano, quando estimulamos nossos clientes a aumentarem o envio de avisos de débito para o aproveitamento da renda extra de final de ano gerada pelo 13º salário anteriormente já comentado.

O crescimento anual de 29,8% também foi motivado pela retomada do volume de notificações enviadas, em especial sobre o total de envios do 3T20, quando as novas políticas de cobrança e auxílios governamentais criaram uma desaceleração inesperada na inadimplência. Durante o ano de 2021, observamos uma retomada dos níveis de inadimplência, mesmo que ainda em níveis abaixo do período antes da pandemia. Outro fator já comentado e relevante foi a migração de comunicados para os meios digitais, onde nossos clientes, buscando cobranças mais eficazes e um custo reduzido passaram a enviar seus comunicados majoritariamente pelos meios digitais.

Soluções Impressas e Relatórios

Ainda seguindo a estratégia da Companhia, as receitas de Soluções Impressas e Relatórios mantiveram queda de -23,5% quando comparados ao 4T20, por efeito de migração para Soluções Digitais.

No último trimestre do ano, usualmente há um aumento no envio de comunicados, para o aproveitamento de recuperação com recursos do 13º salário. Excepcionalmente no 4T21 alguns clientes do segmento de Instituições Financeiras aumentaram o volume de comunicados via cartas ocasionando um crescimento de 12,8% frente a 3T21, mesmo com o aumento também em Soluções Digitais.

Quando comparamos 2021 versus 2020 observamos claramente os resultados da estratégia de migração para produtos digitais, levando à redução de -19,2% dessas Soluções Impressas.

Custos e Despesas Operacionais

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Custos e Despesas Operacionais	(328.135)	(123.430)	165,8%	(143.555)	128,6%	(760.630)	(555.241)	37,0%
Custo dos serviços prestados	(95.274)	(85.457)	11,5%	(85.529)	11,4%	(368.952)	(346.873)	6,4%
Despesas operacionais	(232.861)	(37.973)	513,2%	(58.026)	301,3%	(391.678)	(208.368)	88,0%
Com vendas	(15.061)	(9.737)	54,7%	(16.361)	-7,9%	(58.830)	(45.931)	28,1%
Gerais e administrativas	(37.244)	(28.000)	33,0%	(41.135)	-9,5%	(152.316)	(115.977)	31,3%
Plano de opção / Antecip. Vesting	-	-	-	-	-	-	(45.856)	-100,0%
Outras (despesas)/receitas	(181.285)	-	-	-	-	(181.285)	-	-
PECLD	729	(236)	-408,9%	(530)	-237,5%	753	(604)	-224,7%

Custos e Despesas Operacionais (orgânico)	(125.925)	(121.840)	3,4%	(127.367)	-1,1%	(510.197)	(553.650)	-7,8%
Custos e Despesas Operacionais (inorgânico)	(15.483)	(1.590)	873,8%	(11.249)	1649,2%	(49.731)	(1.591)	3025,8%
Ajuste de avaliação de ativos e passivos de aquisições	(181.285)	-	-	-	-	(181.285)	-	-
Depreciação e amortização de PPA de Aquisições (inorgânico)	(5.442)	-	-	(4.939)	10,2%	(19.417)	-	-

Os custos e despesas orgânicos do trimestre praticamente se mantiveram em linha em comparação ao ano anterior. Já em comparação ao 3T21, esta linha apresentou queda de 1,1%, influenciados pela redução das despesas operacionais do período. Destacamos que os custos e despesa das operações orgânicas estão bem controlados e cresceram em ritmo inferior à receita líquida em todas as comparações temporais.

Os Custos e Despesas operacionais consolidadas do trimestre foram impactadas por R\$181,3 milhões decorrente do efeito de reconhecimento de despesa relacionado à reavaliação dos ativos da Acordo Certo mencionados abaixo na seção de mesmo nome. Quando analisados sem esse efeito, os custos e despesas inorgânicos apresentaram crescimento de R\$15,5 milhões no 4T21 pela consolidação dos resultados das investidas Acordo Certo e Konduto, contra efeito de R\$1,6 milhões no 4T20, quando havia apenas a consolidação de 10 dias da Acordo Certo. Também em decorrência das aquisições, houve incremento de R\$5,4 milhões em depreciação e amortização em função da amortização da Mais Valia da Acordo Certo e Konduto.

No acumulado do ano, o decréscimo de R\$43,5 milhões nos Custos e Despesas orgânicos em comparação a 2020 é explicado pela inexistência do evento não recorrente de ajuste do antigo plano de Opções de Ações registrado em 2020. No consolidado, tivemos o impacto de R\$181,3 milhões antes do resultado financeiro, decorrente da reavaliação de ativos da Acordo Certo (detalhado em seção específica abaixo) e impacto da adição de R\$49,7 milhões de custos e despesas oriundas da consolidação das operações das empresas adquiridas.

Custos dos Serviços

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Custo dos Serviços Prestados	(95.274)	(85.457)	11,5%	(85.529)	11,4%	(368.952)	(346.873)	6,4%
Comunicados e outros variáveis	(12.490)	(13.819)	-9,6%	(10.608)	17,7%	(55.716)	(49.629)	12,3%
Pessoal	(21.664)	(13.412)	61,5%	(13.513)	60,3%	(60.928)	(49.726)	22,5%
Serviços de terceiros	(17.697)	(20.489)	-13,6%	(18.963)	-6,7%	(84.942)	(88.952)	-4,5%
Outros	(1.289)	4	-32325,0%	(1.278)	0,9%	(4.172)	(4.982)	-16,3%
Depreciação e amortização	(42.134)	(37.741)	11,6%	(41.167)	2,3%	(163.194)	(153.584)	6,3%
Custo dos Serviços Prestados (orgânico)	(84.233)	(84.528)	-0,3%	(77.917)	8,1%	(333.650)	(345.944)	-3,6%
Custo dos Serviços Prestados (inorgânico)	(11.041)	(929)	1088,5%	(7.612)	45,0%	(35.302)	(929)	3700,0%

Custos dos serviços prestados consolidados no 4T21 cresceram 11,5% ano contra ano principalmente influenciados por: (i) decréscimo de 9,6% de comunicados e outros variáveis, por redução de aproximadamente R\$1,8 milhões ligada à digitalização de Serviços de Recuperação, contraposta por um incremento de aproximadamente R\$0,5 milhões nos custos variáveis ligados às operações da Acordo Certo; (ii) crescimento de 61,5% dos gastos de pessoal, sendo que R\$5,2 milhões foi devido à revisão contábil e pontual de Capex para Opex de provisões de benefícios e encargos dos times das *Squads* da Boa Vista, R\$2,5 milhões referente a efeito de consolidação de 3 meses da folha de pagamento da Konduto, R\$1,2 milhões de impacto da adequação do modelo de contratação de colaboradores e benefícios da Acordo Certo aos padrões da Boa Vista e; (iii) redução de 13,6% nos serviços de terceiros, principalmente em função de bonificações obtidas em 2021 junto a fornecedores de *Cloud* e realocação de investimentos para Capex de TI em virtude de melhores controles e medições de projetos relacionados à transformação digital; e (iv) incremento de 11,6% em depreciação e amortização de bases de dados adquiridos em períodos anteriores.

Na comparação do 4T21 contra o 3T21, o Custo dos Serviços prestados aumentou 11,4% principalmente por: (i) aumento de 17,7% nos custos de comunicados e outros variáveis, basicamente impactado nas operações orgânicas, em função do aumento do volume de cartas e avisos digitais de ações pontuais do período de fechamento do ano; (ii) aumento de 60,3% dos gastos de pessoal, sendo que R\$5,2 milhões foi devido à revisão contábil e pontual de Capex para Opex de provisões de benefícios e encargos dos times das *Squads* da Boa Vista, R\$0,8 milhões da consolidação das operações da Konduto e R\$1,2 milhões

referente à mudança no formato de contratação da Acordo Certo; (iii) redução de 6,7% nos custos de terceiros, devido à bonificações obtidas junto a fornecedores de serviços de *Cloud*.

Na análise do acumulado do ano, tivemos um aumento de 6,4%, principalmente influenciados por:(i) aumento de 12,3% nos custos de comunicado e outros variáveis, basicamente impactado pela consolidação dos custos de captação de clientes do ano completo da Acordo Certo em R\$19,2 milhões, que superou a redução de R\$13,1 milhões de custos de envio de comunicados no resultado orgânico obtida pela digitalização de comunicados em 2021; (ii) aumento de 22,5% na linha de pessoal, sendo: R\$5,6 milhões devido ao aumento orgânico dado o dissídio coletivo de 9% em 2021 e o aumento de quadro com profissionais relacionados a nossos produtos, R\$4,4 milhões devido a consolidação dos salários dos colaboradores da Konduto e R\$1,2 milhões devido a alteração no modelo de contratação da Acordo Certo no 4T21 e; (iii) redução de 4,5% de serviços de terceiros em função de bonificações obtidas em 2021 junto a fornecedores de *Cloud* no montante de R\$20,8 milhões (líquido de impacto de aproveitamento de pis e cofins), suavizados pela entrada dos custos das controladas Acordo Certo e Konduto no total de R\$9,5 milhões em conjunto ao aumento de outras prestações de serviços de tecnologia relacionados à nossa transformação digital no montante de R\$7,3 milhões.

Despesas de Vendas

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Despesa de Vendas	(15.061)	(9.737)	54,7%	(16.361)	-7,9%	(58.830)	(45.931)	28,1%
Pessoal	(9.573)	(7.074)	35,3%	(9.896)	-3,3%	(35.536)	(28.154)	26,2%
Remuneração de parceiros	(3.760)	(1.091)	244,6%	(3.549)	5,9%	(13.742)	(9.017)	52,4%
Serviços de terceiros	350	(794)	-144,1%	(999)	-135,0%	(2.841)	(2.289)	24,1%
Outros	(2.078)	(778)	167,1%	(1.917)	8,4%	(6.711)	(6.471)	3,7%
Despesa de Vendas (orgânico)	(14.955)	(9.417)	58,8%	(15.356)	-2,6%	(55.823)	(45.611)	22,4%
Despesa de Vendas (inorgânico)	(106)	(320)	-66,9%	(1.005)	-89,5%	(3.007)	(320)	839,7%

Na comparação do 4T21 contra o 4T20, as Despesas de vendas aumentaram 54,7%, principalmente por: (i) incremento de R\$2,5 milhões em despesas com pessoal, dado o aumento de R\$0,8 milhão em bônus comerciais ao time de vendas, R\$1,7 milhões oriundo do incremento número de funcionários e salários, sendo R\$0,3 milhão efeitos da consolidação das despesas da Acordo Certo e o restante efeito de encargos e outras despesas com pessoal; (ii) aumento de 244,6% na remuneração de parceiros pelo aumento de

vendas efetuadas por associações comerciais e demais entidades pertencentes à nossa rede de distribuição indireta; (iii) redução de 144,1% de serviços com terceiros devido a reclassificação de despesas para a linha de custos no montante de R\$0,6 milhão da controlada Acordo Certo; (iv) crescimento de 167,1% em outros gastos, principalmente influenciado pela revisão de aproveitamento de créditos de PIS e Cofins no exercício de 2020.

Quando comparado ao 3T21, as Despesas de Vendas decresceram 7,9%, principalmente pela redução de prestação de serviços de terceiros na controlada Acordo Certo, oriundos de otimização de gastos aliados a estratégia e sinergia com a Boa Vista.

No Acumulado do ano, tivemos um aumento de R\$ 12,9 milhões ou 28,1% comparado ao ano de 2020, principalmente por: (i) aumento de 26,2% ou R\$ 7,4 milhões de despesas com pessoal em decorrência de: R\$4,2 milhões de aumento de despesas com salários e encargos dado o dissídio de 9% conforme acordo coletivo e aumento de quadro, R\$1,0 milhão de verbas rescisórias de diretoria, R\$1,8 milhões de aumento do PPR do comercial devido a melhor performance da receita e R\$0,4 milhão de consolidação das despesas de pessoal da Acordo Certo e; (ii) aumento de 52,4% da remuneração de parceiros dada a melhor performance da receita originada por associações comerciais e demais entidades pertencentes à nossa rede de distribuição indireta.

Despesas Gerais e Administrativas

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Despesas Gerais e Administrativas	(37.244)	(28.000)	33,0%	(41.135)	-9,5%	(152.316)	(115.977)	31,3%
Pessoal	(12.368)	(8.693)	42,3%	(18.270)	-32,3%	(58.504)	(51.629)	13,3%
Serviços de terceiros	(8.186)	(8.883)	-7,8%	(10.074)	-18,7%	(32.018)	(23.921)	33,8%
Outros	(9.901)	(8.888)	11,4%	(6.694)	47,9%	(36.752)	(33.966)	8,2%
Depreciação e amortização	(6.789)	(1.536)	342,0%	(6.097)	11,3%	(25.042)	(6.461)	287,6%

Despesas Gerais e Administrativas (orgânico)	(27.439)	(27.713)	-1,0%	(33.564)	-18,2%	(121.346)	(115.690)	4,9%
Despesas Gerais e Administrativas das Adquiridas (inorgânico)	(4.363)	(287)	1420,2%	(2.632)	65,8%	(11.553)	(287)	3925,4%
Depreciação e Amortização de PPA de Aquisições (inorgânico)	(5.442)	-	-	(4.939)	10,2%	(19.417)	-	-

Quando comparados o 4T21 contra o 4T20 as Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 33,0%, principalmente por: (i) incremento de R\$3,6 milhões em despesas de pessoal, dos quais R\$1,6 milhões se referem a consolidação do quadro de funcionários da Konduto, R\$0,9 milhão são referentes ao custo do plano de opções restritas, e R\$5,5 milhões referente a aumento de quadro e provisionamento de aumento salarial pelo acordo coletivo, atenuados por uma redução de R\$4,4 milhões de provisionamento de PPR do período apurado de 2021 atrelado ao atingimento de metas; (ii) redução de 7,8% em serviços de terceiros, sendo R\$3,2 milhões referentes às assessorias de M&A e o pagamento de taxa de sucesso pela transação da Acordo Certo no 4T20, compensados parcialmente pela adição de R\$1,5 milhões das despesas das adquiridas em conjunto do aumento de R\$1,0 milhão em despesas de manutenção; e (iii) aumento de R\$ 5,4 milhões em depreciação e amortização relacionados majoritariamente ao PPA de Acordo Certo e Konduto.

Entre o 4T21 e o 3T21 as Despesas Gerais e Administrativas decresceram 9,5% em decorrência de: (i) redução de R\$5,9 milhões em despesas de pessoal, dos quais R\$6,0 milhões em provisão de PPR do exercício de 2021 e R\$1,0 milhão referente a provisão de encargos do plano de ação restrita, parcialmente compensadas por outras provisões de encargos; (ii) redução de R\$1,9 milhões em serviços de terceiros, dos quais R\$2,3 milhões se referem a despesa não recorrente de taxa de sucesso de M&A pagos no 3T21, compensados parcialmente pelo aumento dos serviços de terceiros da Acordo Certo em R\$0,9 milhão; (iii) aumento de R\$3,7 milhões de outras despesas ligadas a baixa por reavaliação de portfólio de produtos; e (iv) incremento de R\$0,7 milhão pelo início da amortização de PPA da Konduto.

E por fim, no acumulado do ano, tivemos um aumento de 31,3% das despesas em decorrência principalmente de: (i) aumento de 13,3% de despesas com pessoal devido ao efeito de R\$3,6 milhões de provisionamento de custo e encargos do plano de ação restrita, aliados a R\$5,9 milhões referente ao aumento de salários dado o acordo coletivo em 2021 e ao aumento de quadro, somados a R\$1,0 milhão de provisão de contingências tributárias relacionadas a encargos previdenciários, adicionados de R\$3,0 milhões de consolidação das despesas de pessoal das adquiridas, suavizados pela redução de provisão de PPR no montante de R\$6,6 milhões referente ao cumprimento de metas de 2021 e demais ajustes de provisões; (ii) aumento de 33,8% de serviços de terceiros basicamente influenciadas pelos impactos de consolidação das despesas das controladas no montante de R\$5,0 milhões; (iii) aumento de 8,2% na linha de outros influenciados por maiores gastos de prestação de serviços legais de aproximadamente R\$4,0 milhões (sendo R\$1,6 milhões despesas não recorrentes de M&A), frente a economia de R\$2,6 milhões em despesas de prediais e *facilities*.

Efeitos de reavaliação de ativos e passivos da Acordo Certo

Em 31 de dezembro de 2021 realizamos a reavaliação da Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) composta pelos negócios de consumidor da Acordo Certo, e seguindo o CPC 01 (R1), após teste de *impairment* da “UGC” e avaliação do preço complementar de aquisição, tivemos um impacto positivo no Lucro Líquido,

no total de aproximadamente R\$ 4,0 milhões. Como há uma distribuição de efeitos positivos e negativos ao longo das linhas do resultado e do balanço trazemos um resumo desses efeitos antes de comentar os Custos e Despesas Operacionais, Resultado Financeiro, Eventos não Recorrentes, Lucro Líquido e Dívida Líquida, onde temos a distribuição dos lançamentos contábeis deste ajuste.

Dessa forma, após a reavaliação, concluímos pelo registro de perda por redução de valor recuperável de ativos no montante de R\$181,3 milhões, nas despesas operacionais, tendo em vista que o valor recuperável calculado por empresa terceirizada especializada foi menor do que o valor contábil originalmente registrado, suportado por laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA).

Também reavaliamos o preço de aquisição complementar, que está sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a adquirida relativas ao exercício de 2022. Portanto, em contrapartida ao registro de perda por redução de valor recuperável de ativos, baixamos o montante de R\$196,6 milhões na rubrica “Obrigações por aquisições de investimentos” e seus impactos tributários no montante de R\$9,1 milhões na rubrica “Provisões e Impostos a pagar”.

A devida análise de risco de execução e mercado nos levou a montar a estrutura do plano de pagamento majoritariamente baseado em parcela variável atrelada ao desempenho da Acordo Certo. Após o primeiro ano da aquisição entendemos que os riscos se consolidaram e, portanto, a estrutura desenhada se provou assertiva e diligente, demonstrado pelo baixo impacto no resultado líquido entre o registro da perda por redução de valor recuperável de ativos e a respectiva contrapartida na baixa do preço de aquisição complementar.

Abaixo demonstramos os impactos linha a linha desse ajuste, tanto no resultado quanto em nosso balanço patrimonial:

Efeitos nas demonstrações de resultados (DRE)

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Perda por redução ao valor recuperável de ativos								
Outras (despesas) / receitas	(181.285)	-	n.d.	-	n.d.	(181.285)	-	n.d.
Total de efeito no EBITDA	(181.285)	-	n.d.	-	n.d.	(181.285)	-	n.d.
Baixa de obrigações por aquisições a pagar								
Outras (despesas) / receitas financeiras	187.418	-	n.d.	-	n.d.	187.418	-	n.d.
Total de efeito no LAIR	6.133	-	n.d.	-	n.d.	6.133	-	n.d.
Efeito líquido nos impostos								
Correntes e Diferidos	(2.085)	-	n.d.	-	n.d.	(2.085)	-	n.d.
Total de efeito no Lucro Líquido	4.048	-	n.d.	-	n.d.	4.048	-	n.d.

Efeitos no Balanço Patrimonial (BP)

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Perda por redução ao valor recuperável de ativos								
Intangível - Ágio na combinação de negócios	(170.407)	-	n.d.	-	n.d.	(170.407)	-	n.d.
Intangível - Marcas, direitos, patentes e outros	(1.976)					(1.976)		
Intangível - Software	(8.902)	-	n.d.	-	n.d.	(8.902)	-	n.d.
Efeito impostos								
Ativo Não Circulante - Impostos de renda e contribuição social diferidos	61.637	-	n.d.	-	n.d.	61.637	-	n.d.
Total de efeito no Ativo	(119.648)	-	n.d.	-	n.d.	(119.648)	-	n.d.
Baixa de obrigações por aquisições a pagar								
Passivo Circulante - Obrigações por aquisições de investimentos	196.558	-	n.d.	-	n.d.	196.558	-	n.d.
Passivo Circulante - Impostos a pagar (sobre receita financeira)	(9.140)					(9.140)		
Efeito impostos								
Passivo Não Circulante - Impostos de renda e contribuição social diferidos	(63.722)	-	n.d.	-	n.d.	(63.722)	-	n.d.
Total de efeito no Passivo	123.696	-	n.d.	-	n.d.	123.696	-	n.d.
Total de efeito no Balanço Patrimonial	4.048	-	n.d.	-	n.d.	4.048	-	n.d.

Eventos não recorrentes no EBITDA

Além do efeito não recorrente de R\$181,3 milhões na linha de Outras despesas operacionais decorrente de provisão de redução a valor recuperável de ativos da Acordo Certo descritos na seção acima, o EBITDA foi impactado R\$0,3 milhão decorrente de gastos com análises de *M&A* relacionados a assessorias, “*success fee*” e “*due diligences*” referentes a operações realizadas na linha de Despesas Gerais e Administrativas.

EBITDA e EBITDA Ajustado

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Receita Líquida	207.501	172.251	20,5%	196.888	5,4%	751.282	630.299	19,2%
Custos + Despesas	(328.135)	(123.430)	165,8%	(143.555)	128,6%	(760.630)	(555.241)	37,0%
(+) Depreciação e Amortização	48.923	39.277	24,6%	47.264	3,5%	188.236	160.045	17,6%
EBITDA	(71.711)	88.098	-181,4%	100.597	-171,3%	178.888	235.103	-23,9%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>-34,6%</i>	<i>51,1%</i>	<i>-85,7 p.p.</i>	<i>51,1%</i>	<i>-85,7 p.p.</i>	<i>23,8%</i>	<i>37,3%</i>	<i>-13,5 p.p.</i>
(+) Eventos não Recorrentes	181.605	4.268	4155,0%	2.930	6098,1%	186.600	50.124	272,3%
EBITDA Ajustado	109.894	92.366	19,0%	103.527	6,2%	365.488	285.227	28,1%
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	<i>53,0%</i>	<i>53,6%</i>	<i>-0,7 p.p.</i>	<i>52,6%</i>	<i>0,4 p.p.</i>	<i>48,6%</i>	<i>45,3%</i>	<i>3,4 p.p.</i>
EBITDA Ajustado (orgânico)	110.117	93.035	18,4%	104.798	5,1%	377.596	285.896	32,1%
<i>Margem EBITDA Ajustado (orgânico)</i>	<i>57,2%</i>	<i>54,3%</i>	<i>2,9 p.p.</i>	<i>56,0%</i>	<i>1,2 p.p.</i>	<i>52,8%</i>	<i>45,4%</i>	<i>7,4 p.p.</i>

Na comparação ano contra ano, o EBITDA Ajustado (orgânico) cresceu 18,4%, resultado do crescimento das receitas aliado ao controle eficaz de custos e despesas, elevando a Margem EBITDA ajustado (orgânico) em 2,9 pontos percentuais, para 57,2% no trimestre. O EBITDA Ajustado consolidado do trimestre cresceu 19,0% ano contra ano, resultado da consolidação da Acordo Certo e de 5 meses completos da Konduto, que ainda operam com margens menores por serem empresas jovens em fase de grande crescimento.

Na comparação com o trimestre anterior, o EBITDA Ajustado (orgânico) aumentou 5,1%, influenciado pelo crescimento de 5,4% da receita frente ao aumento de 2,1% dos custos e despesas recorrentes, culminando em expansão de 1,2 p.p. na margem orgânica. Já o EBITDA Ajustado consolidado cresceu 6,2%, com ganho de 0,4 pontos de margem versus 3T21. A contínua melhora no resultado consolidado reflete também os resultados obtidos em sinergias de uso de inteligência analítica para a otimização dos custos de ativação de clientes e forte integração na gestão de despesas da plataforma da Acordo Certo, produzindo uma melhora de R\$0,6 milhão no EBITDA dessa empresa quando comparado ao 3T21, registrando EBITDA positivo e de uma melhora de R\$ 0,5 milhão na Konduto, se aproximando da neutralidade de EBITDA conforme planejado.

Quando comparamos o ano de 2021 com o ano de 2020, tivemos um aumento de R\$ 91,7 milhões no EBITDA Ajustado orgânico, com um incremento de 7,4 pontos percentuais na margem em relação à margem do ano de 2020. Já o EBITDA Ajustado Consolidado, apresentou aumento de R\$ 80,3 milhões no ano em relação ao ano anterior, com um incremento de 3,4 pontos percentuais na margem neste período. Essa dinâmica reforça a capacidade de alavancagem operacional da Companhia, bem como a habilidade em colher sinergias e reforçar os resultados das empresas adquiridas, utilizando a força de nossa marca aliada à nossa capacidade analítica de ponta.

Capex

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Capex de Intangíveis ¹	51.630	36.247	42,4%	61.493	-16,0%	202.540	159.398	27,1%
Dados	26.615	19.023	39,9%	25.047	6,3%	93.620	102.172	-8,4%
Produtos	9.950	11.320	-12,1%	20.956	-52,5%	60.013	25.374	136,5%
T.I. e Outros	15.065	5.904	155,2%	15.490	-2,7%	48.907	31.852	53,5%
Capex de Imobilizado ¹	-	2.678	-100,0%	1.150	-100,0%	2.682	9.889	-72,9%
Direito de Uso de Imóveis	-	1.533	-100,0%	1.150	-100,0%	1.426	4.721	-69,8%
Informática e Outros	-	1.145	-100,0%	-	-	1.256	5.168	-75,7%
Capex Total ¹	51.630	38.925	32,6%	62.643	-17,6%	205.222	169.287	21,2%
Capex (orgânico)¹	49.819	38.925	28,0%	61.513	-19,0%	199.836	169.287	18,0%

¹ desconsidera o efeito de ajuste de PPA de aquisições

O Capex Total do 4T21 cresceu 32,6% ano contra ano principalmente pelo aumento de 39,9% na linha de Dados influenciados por maiores gastos com compra de dados de protestos em cartórios, e em menor proporção, maiores gastos com dados societários de empresas em juntas comerciais devido ao aumento do volume de inclusões e exclusões neste período. Tivemos também o aumento de R\$9,2 milhões na linha de TI e Outros para a concretização do projeto de migração de sistemas e de ambientes de desenvolvimento de produtos para *Cloud*. Já o Capex de Produtos reduziu em 12,1% em relação ao 4T20, sendo que R\$5,2 milhões de redução foi devido a revisão contábil que levou a realocação pontual de Capex para Opex de provisões de benefícios e encargos dos times das *Squads*, R\$3,7 milhões de baixa por reavaliação de portfólio, atenuada pelo aumento de R\$8,0 milhões de investimentos em pessoal das

Squads de produtos e CEA (Centro de Excelência em *Analytics*). O Capex de imobilizado do trimestre foi zerado, pela migração dos servidores para a nuvem e pela ausência de impactos de reconhecimento de aluguel.

Quando comparado ao 3T21 o Capex Total decresceu 17,6% devido principalmente à redução de 52,5% da linha de Capex de Produtos em decorrência de: R\$5,2 milhões de revisão contábil e realocação de Capex para Opex de provisões de benefícios e encargos dos times das *Squads*, R\$3,7 milhões de baixa por reavaliação de portfólio e R\$1,8 milhões de reversão de dissídio provisionado no 3T21. Conjuntamente, houve queda de R\$1,5 milhões do Capex de Imobilizado pela ausência de impactos de reajuste contratual dos aluguéis de acordo com o CPC-06 (R2). Essas economias foram parcialmente compensadas pelo aumento de R\$1,5 milhões em aumento de dados de cartórios e juntas comerciais, por reajustes de preços e aumento de volume de registros comprados. Vale complementar que em 2022 esperamos que os times voltem a ter sua atuação notadamente voltada ao desenvolvimento de novas funcionalidades e algoritmos, voltando o reconhecimento de Capex de produtos ao patamar do 2T21.

No acumulado do ano o Capex Total aumentou 21,2% em relação a 2020, principalmente pelos contínuos investimentos nas *Squads* de produtos e CEA (Centro de Excelência em *Analytics*), que cada vez mais aprimoram nossos produtos para aumentar a assertividade de nossos algoritmos trazendo resultados sustentáveis aos nossos clientes. Além disso, a rubrica de TI e Outros teve um aumento de 53,5% principalmente uso de computação em nuvem para cálculo de algoritmos e variáveis, à aceleração do projeto *Data Lake* e aos serviços de adequação de ambientes e sistemas para a migração para *Cloud*. Esses aumentos foram levemente compensados pela redução de R\$8,2 milhões em dados, principalmente pela negociação de preços com fornecedores.

Aproveitamos para lembrar que como já adiantado nos resultados do 3T21, desligamos em outubro o nosso *mainframe*, fruto da evolução da migração para a *Cloud*. Temos agora apenas os sistemas relativos aos produtos negativos para serem migrados, e vamos avançar em diversas frentes contando com todo o suporte do nosso parceiro para garantir o nível de disponibilidade e excelência na prestação de nossos serviços. Vale ressaltar que vamos priorizar a qualidade em detrimento da velocidade de migração nessa etapa.

EBITDA Ajustado (-) Capex¹

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
EBITDA Ajustado	109.894	92.366	19,0%	103.527	6,2%	365.488	285.227	28,1%
Capex de Dados	(26.615)	(19.023)	39,9%	(25.047)	6,3%	(93.620)	(102.172)	-8,4%
EBITDA Ajustado (-) Capex de Dados	83.279	73.343	13,5%	78.480	6,1%	271.868	183.055	48,5%
<i>Margem EBITDA Ajustado (-) Capex de Dados</i>	<i>40,1%</i>	<i>42,6%</i>	<i>-2,4 p.p.</i>	<i>39,9%</i>	<i>0,3 p.p.</i>	<i>36,2%</i>	<i>29,0%</i>	<i>7,1 p.p.</i>
Capex de Produtos, TI e Outros	(25.015)	(19.902)	25,7%	(37.596)	-33,5%	(111.602)	(67.115)	66,3%
EBITDA Ajustado (-) Capex Total¹	58.264	53.441	9,0%	40.884	42,5%	160.266	115.940	38,2%
<i>Margem EBITDA Ajustado (-) Capex Total¹</i>	<i>28,1%</i>	<i>31,0%</i>	<i>-2,9 p.p.</i>	<i>20,8%</i>	<i>7,3 p.p.</i>	<i>21,3%</i>	<i>18,4%</i>	<i>2,9 p.p.</i>
EBITDA Ajustado (-) Capex Total¹ (orgânico)	60.298	54.110	11,4%	43.285	39,3%	177.760	116.609	52,4%
<i>Margem EBITDA Ajustado (-) Capex Total¹ (orgânico)</i>	<i>31,3%</i>	<i>31,6%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	<i>23,1%</i>	<i>8,2 p.p.</i>	<i>24,9%</i>	<i>18,5%</i>	<i>6,3 p.p.</i>

¹ desconsidera o efeito de ajuste de PPA de aquisições

Na comparação ano contra ano do trimestre, EBITDA Ajustado (-) Capex Total (orgânico) cresceu 11,4%, principalmente pelo incremento do EBITDA Ajustado Orgânico no período, aliado a maiores níveis de investimentos. Com a consolidação das empresas adquiridas – Acordo Certo e Konduto - a evolução do EBITDA Ajustado (-) Capex Total (consolidado) foi de crescimento de 9,0%, ou R\$4,8 milhões.

Na comparação do 4T21 com o 3T21, o EBITDA Ajustado (-) Capex Total (orgânico) cresceu 39,3% reflexo da melhora do EBITDA ajustado (orgânico) aliado a menores investimentos no período. Enquanto o EBITDA Ajustado (-) Capex Total consolidado cresceu 42,5%, pela conjunção do maior EBITDA Ajustado (-) Capex Total (orgânico) com a expressiva melhora nos resultados de EBITDA inorgânico em função da revisão das ações para aquisições de clientes na Acordo Certo neste período.

O EBITDA Ajustado (-) Capex Total (orgânico) cresceu 52,4% enquanto o EBITDA Ajustado (-) Capex Total consolidado cresceu 38,2% em função dos efeitos da consolidação dos resultados da Acordo Certo e de 5 meses dos resultados da Konduto.

Resultado pós EBITDA

Os comentários após EBITDA foram elaborados apenas considerando os resultados consolidados.

Resultado Financeiro

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Resultado financeiro	203.154	1.210	16689,6%	8.297	2348,5%	214.435	(12.971)	-1753,2%
Receitas financeiras	23.137	7.547	206,6%	15.549	48,8%	57.420	10.590	442,2%
Despesas financeiras	(7.401)	(6.337)	16,8%	(7.252)	2,1%	(30.403)	(23.561)	29,0%
Outras Receitas/ (Despesas) Financeiras	187.418	-	-	-	-	187.418	-	-

Neste trimestre houve o reconhecimento de R\$187,4 milhões de receita financeira não recorrente, pela baixa de obrigações por aquisições mencionada na seção “Reavaliação de ativos e passivos da Acordo Certo”. Para melhor explicação do resultado financeiro elaboramos os comentários abaixo dos períodos sem este efeito.

Quando comparado o 4T21 ao 4T20, o resultado financeiro apresentou melhora de R\$14,5 milhões, principalmente pela maior receita financeira no período no total de R\$15,6 milhões dado aumento da posição de caixa e equivalentes oriundo do ingresso dos recursos do IPO e da geração operacional de caixa, bem como do aumento da taxa básica de juros no período. Estes efeitos foram parcialmente compensados por maiores despesas financeiras no 4T21 no montante de R\$1,0 milhão em virtude de: (i) ajuste a valor presente do saldo de obrigações por aquisições no total de R\$3,7 milhões no trimestre, e (ii) despesas de atualização de valores retidos do pagamento de aquisição da Konduto para garantir possíveis contingências futuras no montante de R\$0,5 milhão. O aumento das despesas financeiras supramencionados foram parcialmente compensados pela redução de encargos financeiros sobre empréstimos no total de R\$3,2 milhões.

Na comparação do 4T21 com o trimestre anterior, o resultado financeiro apresentou crescimento de R\$7,4 milhões principalmente influenciado por maiores receitas financeiras oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras em virtude do aumento da taxa de juros básica no período.

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou crescimento de R\$40 milhões, principalmente pela maior receita financeira no total de R\$46,8 milhões no período, devido aos motivos anteriormente descritos. Estes efeitos foram parcialmente compensados por maiores despesas financeiras no 4T21 no montante de R\$6,8 milhões em virtude de: (i) ajuste a valor presente do saldo de obrigações por

aquisições no total de R\$14,7 milhões no ano, que não existia até 2020 e passou a influenciar os resultados, (ii) despesas de atualização de valores retidos do pagamento de aquisição da Konduto para garantir possíveis contingências futuras no montante de R\$0,5 milhão, (iii) maiores despesas de encargos oriundos dos Arrendamentos e atualizações de contingências no montante de R\$0,8 milhão, compensados pela redução de encargos financeiros sobre empréstimos no total de R\$6,1 milhões e redução de encargos financeiros sobre debêntures no total de R\$3,7 milhões em função dos pagamentos das parcelas de principal neste período.

Imposto de Renda – Taxa efetiva

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
LAIR	82.520	50.031	64,9%	61.630	33,9%	205.087	62.087	230,3%
IRa taxa nominal (34%)	(28.057)	(17.011)	64,9%	(20.954)	33,9%	(69.730)	(21.110)	230,3%
Incentivos fiscais	(318)	(222)	43,2%	8.197	-103,9%	8.381	1.942	331,6%
Antecipação de vesting Plano de Opções	-	-	-	-	-	-	(15.640)	-100,0%
Prejuízo fiscal / Base de cálculo negativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com emissão de ações	-	21.029	-100,0%	-	-	340	23.629	-98,6%
Juros sobre o capital próprio	11.950	-	-	-	-	11.950	-	-
Outras adições/exclusões não dedutíveis	(442)	(2.015)	-78,1%	903	-148,9%	(1.021)	(4.255)	-76,0%
Outros	6	240	-97,5%	6	0,0%	24	24	0,0%
Imp. de renda e Contr. social	(16.861)	2.021	-934,3%	(11.848)	42,3%	(50.056)	(15.410)	224,8%
Imp. de renda e Contr. social corrente	(18.125)	(20.779)	-12,8%	(16.773)	8,1%	(62.195)	(37.501)	65,8%
% Taxa efetiva corrente	-22,0%	-41,5%	19,6 p.p.	-27,2%	5,3 p.p.	-30,3%	-60,4%	30,1 p.p.
% Taxa efetiva total	-20,4%	4,0%	-24,5 p.p.	-19,2%	-1,2 p.p.	-24,4%	-24,8%	0,4 p.p.

Em comparação ao 4T20, a despesa de imposto de renda aumentou visto que o 4T20 finalizou com crédito tributário devido a dedutibilidade dos gastos com emissões de ações que reduziu o imposto em R\$21,0 milhões. Além disso, o 4T21 teve aumento de R\$32,5 milhões no lucro antes do imposto de renda

frente o mesmo trimestre do ano anterior, compensado pela dedutibilidade de juros sobre capital próprio no montante de R\$11,9 milhões.

Na comparação com o trimestre anterior o aumento de 42,3% está relacionado ao aumento de 33,9% do lucro antes do imposto de renda, ausência do aproveitamento de incentivos fiscais relacionados a Lei do Bem que no 3T21 impactou R\$8,2 milhões, em detrimento do impacto de R\$11,9 milhões de dedutibilidade de juros sobre capital próprio que impactou o 4T21.

No acumulado do ano, a taxa efetiva teve uma redução de apenas 0,4 p.p.. No entanto, observa-se um aumento de 224,8% no valor do imposto de renda e contribuição social. Esse aumento é basicamente referente ao aumento de 230,3% do lucro antes do imposto de renda e redução da dedução de gastos com emissão de ações em 98,6% dado que esse gasto ocorreu na abertura do capital em 2020, compensados pela redução decorrente de: (i) aumento do aproveitamento do incentivo fiscal relacionado a Lei do Bem em 331,6% e (ii) dedutibilidade de juros sobre capital próprio no montante de R\$11,9 milhões em 2021.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Lucro Líquido	65.659	52.052	26,1%	49.782	31,9%	155.031	46.677	232,1%
(-) Despesas não recorrentes no EBITDA	319	4.268	-92,5%	2.930	-89,1%	5.315	50.124	-89,4%
(-) Despesas não recorrentes no EBITDA efeito de perda por redução ao valor recuperável de ativos	181.285	-	-	-	-	181.285	-	-
(-) Depreciação e Amortização não recorrentes (aquisições)	5.442	-	-	4.939	10,2%	19.417	-	-
(-) Despesas Financeiras não recorrentes (aquisições)	4.160	-	-	3.649	14,0%	15.198	-	-
(+) Receitas Financeiras não recorrentes efeito da baixa do preço de aquisição complementar	(187.418)	-	-	-	-	(187.418)	-	-
(+) Impostos não recorrentes	(109)	(21.029)	-99,5%	(996)	-89,1%	(2.147)	(23.629)	-90,9%
(-) Efeito líquido de impostos não recorrentes de reavaliação de ativos e passivos de aquisição	2.085	-	-	-	-	2.085	-	-
Lucro Líquido Ajustado	71.423	35.291	102,4%	60.304	18,4%	188.766	73.172	158,0%
<i>Margem Lucro Líquido Ajustado</i>	<i>34,4%</i>	<i>20,5%</i>	<i>13,9 p.p.</i>	<i>30,6%</i>	<i>3,8 p.p.</i>	<i>25,1%</i>	<i>11,6%</i>	<i>13,5 p.p.</i>
Lucro Líquido Ajustado por ação ¹	0,13	0,07	102,4%	0,11	18,4%	0,36	0,14	158,0%

¹ considera o número de ações em 31/12/2021 (531.440.373) para comparação entre período

Para fins de melhor comparabilidade, apresentamos o Lucro líquido ajustado de efeitos não recorrentes, oriundos de efeitos de amortização de Mais Valia de aquisições, ajuste de valor presente de obrigações por aquisição de investimentos nas despesas financeiras, efeitos da reavaliação de ativos e passivos da Acordo Certo, e demais eventos não recorrentes, bem como dos efeitos desses itens nos impostos.

FLUXO DE CAIXA

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ%	3T21	Δ%	2021	2020	Δ%
Lucro Líquido do Período	65.659	52.052	26,1%	49.782	31,9%	155.031	46.677	232,1%
Efeitos não Caixa no Lucro Líquido	62.061	46.763	32,7%	68.661	-9,6%	267.229	255.576	4,6%
Lucro ajustado ao Caixa do Período	127.720	98.815	29,3%	118.443	7,8%	422.260	302.253	39,7%
Varição do Capital de Giro	(4.928)	(29.695)	-83,4%	1.647	-399,2%	(19.591)	(50.693)	-61,4%
IRPJ + CSLL Pagas	(17.207)	(5.146)	234,4%	(19.092)	-9,9%	(47.478)	(20.036)	137,0%
Fluxo de Caixa Operacional Líquido	105.585	63.974	65,0%	100.998	4,5%	355.191	231.524	53,4%
Fluxo de Caixa de Investimentos	(51.341)	(80.123)	-35,9%	(178.991)	-71,3%	(318.871)	(202.408)	57,5%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	(21.934)	1.179.295	-101,9%	(20.353)	7,8%	(70.360)	1.214.122	-105,8%
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	32.310	1.163.146	-97,2%	(98.346)	-132,9%	(34.040)	1.243.238	-102,7%

Quando comparado o 4T21 com o 4T20, houve uma redução de geração de caixa de R\$1.130,8 milhões, principalmente devido à redução de 101,9% do fluxo de financiamentos impactado pelo ingresso do recurso advindo da abertura de capital no 4T20. Vale destacar o crescimento de 65,0% do fluxo operacional líquido devido ao robusto crescimento do lucro ajustado ao caixa aliado à redução da variação do capital de giro, parcialmente compensados por maior pagamento de IRPJ e CSLL dado o expressivo aumento do lucro tributável.

Quando comparado com o trimestre anterior no 4T21, houve um aumento de R\$130,6 milhões de geração de caixa principalmente por: (i) redução de 71,3% do Fluxo de investimentos, principalmente pelo pagamento no 3T21 de R\$116,7 milhões da parcela caixa da aquisição da Konduto e; (ii) crescimento de 4,5% do fluxo operacional líquido, devido ao crescimento de 7,8% do lucro ajustado ao caixa aliado a redução de R\$6,5 milhões no capital de giro, parcialmente compensados por maior pagamento de IRPJ e CSLL.

Quando comparados o ano de 2021 com o ano de 2020, houve uma redução de R\$1.209,2 milhões na geração de caixa, principalmente por: (i) redução significativa do fluxo de financiamento dada a entrada dos recursos advindos do IPO no 4T20; (ii) crescimento de 53,4% do fluxo de caixa operacional líquido devido ao robusto crescimento de 39,7% do lucro ajustado ao caixa aliado a variação negativa de R\$31,1 milhões no capital de giro, parcialmente compensados por menor pagamento de IRPJ e CSLL dado o aumento do lucro tributável de 2021; e (iii) aumento de 57,5% do Fluxo de investimentos, principalmente pelo pagamento no 3T21 de R\$116,7 milhões da parcela caixa da aquisição da Konduto e investimentos em produtos durante 2021.

DÍVIDA BRUTA E LÍQUIDA

(R\$ mil)	4T21	4T20	Δ\$	Δ%	3T21	Δ\$	Δ%
Empréstimos e Financiamentos	2.788	29.936	(27.148)	-90,7%	5.542	(2.754)	-49,7%
Debêntures	63.868	126.274	(62.406)	-49,4%	79.379	(15.511)	-19,5%
Arrendamento Mercantil	20.278	23.983	(3.705)	-15,4%	18.976	1.302	6,9%
Dívida Bruta antes das aquisições	86.934	180.193	(93.259)	-51,8%	103.897	(16.963)	-16,3%
Obrigações por Aquisições	140.585	320.445	(179.860)	-56,1%	334.983	(194.398)	-58,0%
Dívida Bruta	227.519	500.638	(273.119)	-54,6%	438.880	(211.361)	-48,2%
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.266.045)	(1.300.085)	34.040	-2,6%	(1.233.735)	(32.310)	2,6%
Dívida Líquida / (Caixa Líquido)	(1.038.526)	(799.447)	(239.079)	29,9%	(794.855)	(243.671)	30,7%

A Dívida Bruta diminuiu 54,6% na comparação ano contra ano, principalmente pela: (i) reavaliação de ativos e passivos da Acordo Certo, que levou a redução da parcela variável a pagar em R\$179,9 milhões; e (ii) redução de empréstimos e financiamento, amortizações das debêntures.

Na comparação contra trimestre anterior a Dívida Bruta diminuiu 48,2%, basicamente em virtude da reavaliação de ativos e passivos da Acordo Certo, que levou a redução da parcela variável a pagar em R\$179,9 milhões e, em menor proporção, pelo pagamento de parcela das debêntures.

Encerramos o ano com posição de caixa líquido de R\$ 1,3 bilhões.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
Barueri - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Vista Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Aquisição de controle da Konduto Internet Data Technology S.A.

Conforme Nota Explicativa nº 2 (i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 (i) e nº 10, em 5 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu 100% do capital da empresa Konduto Internet Data Technology S.A. Na data de aquisição efetiva do controle, a Companhia determinou o valor justo da contraprestação transferida, com base em estudo e avaliação independente realizado por especialistas externos contratados pela administração.</p> <p>Estes procedimentos normalmente envolvem, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo em nossa auditoria.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido do alto grau de julgamento efetuado pela Companhia e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas poderiam ter nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o laudo dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para fins de alocação do preço de compra, realizado por um especialista contratado pela Companhia, a razoabilidade das premissas, as quais confrontamos com as informações de mercado, e da metodologia utilizadas na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Inspecionamos o contrato relacionado à combinação de negócios que fundamenta a determinação da data de aquisição do controle e do valor justo da contraprestação transferida e analisamos as informações contábeis e financeiras da empresa adquirida e as conciliamos com as informações contidas no referido laudo de avaliação.</p> <p>Os procedimentos incluíram também a avaliação e a adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios efetuada pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração dos valores justos da contraprestação transferida e dos ativos adquiridos e passivos assumidos e as divulgações sobre a combinação de negócio da Konduto Internet Data Technology S.A. são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

2 – Avaliação do valor recuperável do ágio e dos ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida (Controlada – Acordo Certo Participações S.A.)

Conforme Nota Explicativa nº 2 (ii) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 (ii) e nº 10, o valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial na demonstração financeira individual inclui valores de ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis com vida útil definida e indefinida, cuja realização está suportada por meio do “Fluxo de Caixa Descontado” baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do investimento em controladas registrados na demonstração financeira individual e o valor do intangível registrado na demonstração financeira consolidada, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no último estudo de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste estudo. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração na última avaliação efetuada com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2 (ii) e nº 10.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos saldos de investimentos sobre a controlada Acordo Certo Participações S.A. nas demonstrações financeiras individuais e dos ativos intangíveis advindos da aquisição desta controlada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

3 – Gastos com aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis

Conforme Nota Explicativa nº 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Conforme apresentado na nota explicativa nº 12, a Companhia apresenta saldos significativos relacionados à aquisição de bases de dados e desenvolvimento de novos produtos, os quais estão registrados como ativo intangível.</p> <p>Os gastos diretamente atribuíveis à desenvolvimento de um novo produto devem ser reconhecidos como ativo intangível, quando todos os elementos do CPC 04 – Ativo Intangível a seguir estão atendidos: viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso; intenção e capacidade de concluir e usar o ativo intangível; demonstração da geração de benefícios econômicos futuros; disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou o ativo intangível; e capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.</p> <p>Em decorrência da relevância dos valores envolvidos e do julgamento exercido na determinação dos gastos diretamente atribuíveis à desenvolvimento dos novos produtos a serem reconhecidos como ativos intangíveis, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria realizados incluíram, entre outros: o desenho e, com base em amostragem, a efetividade operacional dos controles chaves da Companhia relacionados à identificação, avaliação, mensuração e registro contábil das aquisições de bases de dados e dos gastos com o desenvolvimento de novos produtos. Testamos as documentações suportes para as compras de dados, por meio de amostra e avaliamos, se a vida útil atribuída aos ativos intangíveis está apropriada com base nas premissas adotadas pela Companhia.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a adequação das divulgações relacionadas aos ativos intangíveis efetuadas pela Companhia nas novas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os saldos do ativo intangível referente a aquisições de bancos de dados e ao desenvolvimento de novos produtos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros Assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



João Paulo Dal Poz Alouche
CRC 1SP245785/O-2

Boa Vista Serviços S.A.

Balanco patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020			31.12.2021	31.12.2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.248.451	1.264.650	1.266.045	1.300.085	Fornecedores	14	30.769	39.837	31.269	40.679
Contas a receber	8	109.904	105.616	120.162	111.584	Empréstimos e financiamentos bancários	15.a)	2.788	26.412	2.788	26.412
Despesas antecipadas		11.741	13.139	11.785	13.188	Arrendamentos	15.b)	5.999	7.602	6.315	7.959
Contas a receber - Partes relacionadas	18	1.190	164	262	164	Debêntures	16	63.868	63.752	63.868	63.752
Impostos a recuperar	9	29.097	21.814	29.688	21.817	Gastos com emissão de ações		-	1.018	-	1.018
Outros ativos		2.650	2.655	2.704	2.910	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	17	26.558	29.532	28.847	30.038
Total do ativo circulante		1.403.033	1.408.038	1.430.646	1.449.748	Contas a pagar - Partes relacionadas	18	129	498	129	498
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	8	11.399	14.232	11.399	14.232	Obrigações por aquisições de investimentos	19	-	4.500	-	4.500
Depósitos judiciais	21.b)	15.287	15.647	15.287	15.647	Adiantamentos de clientes	20	2.228	1.368	2.232	1.385
Impostos a recuperar	9	683	956	683	956	Provisões e impostos a pagar	21	21.362	4.239	22.577	5.823
Imposto de renda e contribuição social diferido	23.c)	94.914	22.157	97.764	22.157	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.c)	38.169	11.086	38.169	11.086
Investimentos	10	360.667	390.200	-	-	Outras contas a pagar		3.245	2.727	9.372	7.080
Imobilizado	11	25.525	30.632	27.102	32.534	Total do passivo circulante		195.115	192.571	205.566	200.230
Intangível	12	566.384	537.249	905.572	891.914	Não circulante					
Total do ativo não circulante		1.074.859	1.011.073	1.057.807	977.440	Empréstimos e financiamentos bancários	15.a)	-	3.524	-	3.524
						Arrendamentos	15.b)	13.853	15.606	13.963	16.024
						Debêntures	16	-	62.522	-	62.522
						Obrigações por aquisições de investimentos	19	140.585	315.945	140.585	315.945
						Provisões e impostos a pagar	21	38.185	30.993	38.185	30.993
						Imposto de renda e contribuição social diferido	23.c)	63.722	-	63.722	-
						Total do passivo não circulante		256.345	428.590	256.455	429.008
						Patrimônio líquido					
						Capital social	22.a)	1.715.269	1.638.058	1.715.269	1.638.058
						Reservas de capital	22.b)	154.162	115.830	154.162	115.830
						Reservas de lucros	22.b)	157.001	44.062	157.001	44.062
						Total do patrimônio líquido		2.026.432	1.797.950	2.026.432	1.797.950
Total do ativo		2.477.892	2.419.111	2.488.453	2.427.188	Total do passivo e patrimônio líquido		2.477.892	2.419.111	2.488.453	2.427.188

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados individual e consolidado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida de serviços	25	714.694	629.390	751.282	630.299
Custo dos serviços prestados	26	(333.650)	(345.918)	(368.952)	(346.873)
Lucro bruto		381.044	283.472	382.330	283.426
Despesas operacionais					
Com vendas	26	(55.823)	(45.615)	(58.830)	(45.931)
Gerais e administrativas	26	(140.764)	(115.712)	(152.316)	(115.977)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(9.718)	(745)	-	-
Plano de opção - Antecipação <i>Vesting</i>	31	-	(45.856)	-	(45.856)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	623	(549)	753	(604)
Outras (despesas)/receitas	2.(ii)	(181.285)	-	(181.285)	-
(Prejuízo)/lucro operacional antes do resultado financeiro		(5.923)	74.995	(9.348)	75.058
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	56.618	10.566	57.420	10.590
Despesas financeiras	27	(29.966)	(23.550)	(30.403)	(23.561)
Outras (despesas)/receitas financeiras	2.(ii)	187.418	-	187.418	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		208.147	62.011	205.087	62.087
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes e Diferidos	23.a)	(53.116)	(15.334)	(50.056)	(15.410)
Lucro do exercício		155.031	46.677	155.031	46.677
Resultado por ação					
Resultado por ação básico - R\$	28.i)	0,29172	0,08783	0,29172	0,08783
Resultado por ação diluído - R\$	28.ii)	0,29065	0,08751	0,29065	0,08751

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente individual e consolidado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro do exercício	155.031	46.677	155.031	46.677
Resultado abrangente dos exercícios	155.031	46.677	155.031	46.677

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social		Bônus de subscrição	Agio e valor justo de combinação de negócios	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total
		Capital social Integralizado	Capital social a integralizar			Plano de ações restritas	Plano de opção com base em ações	Gastos com Oferta Pública de Ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		202.129	-	-	136.330	-	4.014	-	8.471	-	-	350.944
Plano de opção com base em ações	31	-	-	-	-	-	46.000	-	-	-	-	46.000
Aumento de capital social		1.435.929	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.435.929
Gastos com Oferta Pública de Ações - CPC 08(R1)		-	-	-	-	-	-	(70.514)	-	-	-	(70.514)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.677	46.677
Reserva legal	22.c)	-	-	-	-	-	-	-	2.334	-	(2.334)	-
Proposta dividendos complementar do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.086)	(11.086)
Proposta de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	33.257	(33.257)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.638.058	-	-	136.330	-	50.014	(70.514)	10.805	33.257	-	1.797.950
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.638.058	-	-	136.330	-	50.014	(70.514)	10.805	33.257	-	1.797.950
Plano de ações restritas	31	-	-	-	-	2.681	-	-	-	-	-	2.681
Aumento de capital social	22.a	77.211	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.211
Bônus de subscrição	22.a	-	-	35.651	-	-	-	-	-	-	-	35.651
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	155.031	155.031
Reserva legal	22.c)	-	-	-	-	-	-	-	7.752	-	(7.752)	-
Proposta dividendos do exercício	22.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.946)	(6.946)
Juros sobre capital próprio	22.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.146)	(35.146)
Proposta retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	105.187	(105.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.715.269	-	35.651	136.330	2.681	50.014	(70.514)	18.557	138.444	-	2.026.432

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido		155.031	46.677	155.031	46.677
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	26	167.783	160.031	168.819	160.045
Amortização mais valia	26	19.417	-	19.417	-
Despesas financeiras sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	7.915	19.531	8.097	19.531
Custos de transação sobre empréstimos e debêntures	15 e 16	1.504	1.803	1.504	1.803
Despesas financeiras por aquisição de investimentos	27	14.728	-	14.728	-
Redução ao valor recuperável do contas a receber	8	(623)	(549)	(753)	(734)
Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e fiscais	21	12.324	11.649	12.324	11.649
Juros e multas de provisões para contingências	21	903	544	903	544
Baixa do ativo imobilizado	11	3.807	4.959	4.404	4.959
Baixa de arrendamento		-	-	(38)	-
Baixa de impairment	2.(ii)	181.285	-	181.285	-
Baixa do preço de aquisição complementar	2.(ii)	(196.558)	-	(196.558)	-
Equivalencia patrimonial	10	9.718	745	-	-
Resultado de exercícios anteriores		-	-	-	(3.645)
Depósito judicial no resultado		1.159	241	1.159	241
Atualização de depósitos judiciais		(799)	(227)	(799)	(227)
Plano de opções em ações	31	-	46.000	-	46.000
Plano de ações restritas	31	2.681	-	2.681	-
Impostos sobre o lucro IR e CSLL - Correntes e Diferidos	23.a)	53.116	15.334	50.056	15.410
Varição nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(399)	(12.420)	(4.559)	(18.203)
Depósitos judiciais		-	(7.024)	-	(7.024)
Partes relacionadas		(1.190)	-	(262)	-
Despesas antecipadas		1.398	1.326	1.403	1.277
Impostos a recuperar		(7.010)	(21.339)	(7.598)	(21.342)
Outros ativos		5	(1.321)	206	(1.576)
Varição nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(8.853)	(379)	(9.195)	463
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais		(2.974)	(215)	(1.191)	291
Obrigações tributárias		6.195	(99)	6.036	1.485
Obrigações por aquisição de investimento		1.478	-	1.478	-
Partes relacionadas		(498)	-	(498)	-
Adiantamento de clientes		860	(3.443)	847	(3.426)
Outras contas a pagar		1.064	104	(223)	5.011
Provisões para perdas cíveis e trabalhistas	21	(6.035)	(7.649)	(6.035)	(7.649)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		417.432	254.279	402.669	251.560
Imposto de renda e contribuição social pagos		(47.478)	(20.036)	(47.478)	(20.036)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		369.954	234.243	355.191	231.524
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisições de imobilizado	11	(2.281)	(9.889)	(2.683)	(12.418)
Aquisições de intangíveis	12	(197.550)	(159.398)	(202.533)	(159.490)
Aquisições de controlada		(114.455)	(30.500)	(114.455)	(30.500)
Líquido de caixa recebido na combinação de negócios		-	-	800	-
Ajuste de preço na combinação de negócios		-	-	-	-
Aumento de capital social na investida		(2.000)	(40.000)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(316.286)	(239.787)	(318.871)	(202.408)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures	15 e 16	4.173	194.325	4.213	195.374
Pagamento de empréstimos financiamentos, arrendamentos e debêntures	15 e 16	(102.047)	(307.370)	(102.580)	(307.788)
Juros e custos pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	(4.455)	(19.503)	(4.455)	(19.359)
Gastos com emissão de ações		(1.018)	(69.496)	(1.018)	(69.496)
Aumento de capital social	22.a)	48.488	1.435.929	48.488	1.435.929
Dividendos pagos	22.c)	(15.008)	(20.538)	(15.008)	(20.538)
Dividendos pagos intermediários do exercício	22.e)	-	-	-	-
Dividendos pagos exercícios anteriores	22.e)	-	-	-	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		(69.867)	1.213.347	(70.360)	1.214.122
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(16.199)	1.207.803	(34.040)	1.243.238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	1.264.650	56.847	1.300.085	56.847
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	1.248.451	1.264.650	1.266.045	1.300.085
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(16.199)	1.207.803	(34.040)	1.243.238

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas					
Receita de serviços vendas de mercadorias, produtos e serviços	25	805.575	709.886	847.020	710.881
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão	8	623	(549)	753	(734)
		<u>806.198</u>	<u>709.337</u>	<u>847.773</u>	<u>710.147</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e das mercadorias e serviços		(99.653)	(99.484)	(122.379)	(99.697)
Serviços de terceiros	26	(49.680)	(69.736)	(63.025)	(69.950)
Materiais, Energia e Outros		(800)	(766)	(972)	(770)
Auditoria, consultoria e assessoria	26	(31.054)	(26.719)	(31.909)	(26.742)
Viagens		(151)	(860)	(172)	(860)
Seguros		(339)	(205)	(348)	(205)
Outros custos e despesas administrativas		(5.929)	(6.762)	(6.794)	(6.765)
		<u>(187.606)</u>	<u>(204.532)</u>	<u>(225.599)</u>	<u>(204.989)</u>
Valor adicionado bruto		<u>618.592</u>	<u>504.805</u>	<u>622.174</u>	<u>505.158</u>
Depreciação e amortização	26	(167.783)	(160.031)	(168.819)	(160.045)
Amortização Mais Valia	26	(19.417)	-	(19.417)	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	26	(181.284)	-	(181.284)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>250.108</u>	<u>344.774</u>	<u>252.654</u>	<u>345.113</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(9.718)	(745)	-	-
Receitas financeiras	27	56.618	10.566	57.420	10.590
Outras (despesas)/receitas financeiras	27	187.418	-	187.418	-
Outros		(1.354)	(689)	(2.059)	(1.622)
Valor adicionado total a distribuir		<u>483.072</u>	<u>353.906</u>	<u>495.433</u>	<u>354.081</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	26	145.911	175.364	154.967	175.365
Plano de opção - Antecipação <i>Vesting</i>	31	99.005	89.608	105.434	89.608
Benefícios		-	45.856	-	45.856
Benefícios		19.124	17.516	20.327	17.517
FGTS		27.782	22.384	29.206	22.384
Impostos, taxas e contribuições		<u>144.025</u>	<u>95.830</u>	<u>145.827</u>	<u>95.993</u>
Municipais		16.457	14.363	17.751	14.413
Federais		127.568	81.467	128.076	81.580
Remuneração de capitais de terceiros		<u>38.105</u>	<u>36.035</u>	<u>39.608</u>	<u>36.046</u>
Juros		29.966	23.550	30.204	23.557
Aluguéis		2.569	6.351	3.178	6.355
Outros		5.570	6.134	6.226	6.134
Remuneração de capitais próprios		<u>155.031</u>	<u>46.677</u>	<u>155.031</u>	<u>46.677</u>
Lucro líquido do exercício		155.031	46.677	155.031	46.677
Valor adicionado distribuído		<u>483.072</u>	<u>353.906</u>	<u>495.433</u>	<u>354.081</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de capital aberto (desde 30 de setembro de 2020) listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, sob o código BOAS3, com sede na Avenida Tamboré, 267 - 11º ao 15º e 24º andar, cidade de Barueri.

Iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010, tendo se originado a partir de um serviço de proteção de crédito presente há mais de 60 anos no mercado brasileiro. Com base nos dados coletados ao longo dos anos, a Companhia estruturou infraestruturas e metodologias que consolidam e transformam informações em dados sobre pessoas físicas e jurídicas, gerando conhecimento de valor agregado, objetivando permitir que nossos clientes tomem melhores decisões.

Em 9 de março de 2020, os acionistas da Companhia decidiram pela abertura de capital e aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária, através do Conselho de Administração a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia iniciou as negociações de suas ações no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão após a obtenção do registro de empresa de capital aberto, sob o código de negociação BOAS3.

A Companhia fornece um leque completo de soluções analíticas, dentre as quais se destacam *credit scoring*, serviços de recuperação de crédito, prospecção de clientes, *marketing services*, antifraude, entre outros. A Companhia também oferece serviços de análise de dados, em função da necessidade das empresas em terem acesso a uma quantidade crescente de dados de maneira mais organizada e customizada.

Atuamos no mercado brasileiro, visando reduzir a assimetria de informações, tornando a prospecção de clientes, a análise e a recuperação de crédito mais seguras e acessíveis. O ambiente regulatório em que opera segue sujeito a grandes transformações, dentre as quais destacam-se as recentes alterações no regime jurídico do Cadastro Positivo, banco de dados com informações sobre o histórico de pagamentos de uma base ampla de consumidores e empresas.

A Companhia tem presença geográfica em nível nacional, sendo que suas receitas estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul, onde estão concentradas a maior parte do Produto Interno Bruto nacional. Entretanto, o objetivo da Companhia é ampliar sua participação nas demais regiões do país onde existe maior oportunidade de crescimento.

Formador de mercado

Em 7 de abril de 2021, a Companhia contratou a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Bradesco Corretora”), para exercer a função de formador de mercado de suas ações, as quais são atualmente negociadas sob o código BOAS3 na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), conforme a Instrução da CVM nº 384/2003, o Regulamento do Formador de Mercado da B3, o Regulamento de Operações da B3 e as demais normas e regulamentos aplicáveis.

O referido Contrato pode ainda ser resilido e/ou rescindido a qualquer tempo e sem qualquer ônus por qualquer das partes, mediante comunicação escrita enviada, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021, 531.440.373 ações ordinárias em circulação no mercado, de acordo com o conceito estabelecido no artigo 8º, §3º, inciso I da Instrução da CVM nº 567/2015.

Adicionalmente, a Companhia informa que a Bradesco Corretora não possui qualquer contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia, a qual, nesta data, não possui um acionista controlador. A Bradesco Corretora iniciou sua função em 8 de abril de 2021.

Impactos relacionados à COVID-19

A Companhia continua monitorando de maneira contínua os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém as mesmas medidas preventivas e mitigadoras adotadas no início da pandemia em meados de 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

Além disso, a Companhia e suas controladas assumiram o modelo de trabalho híbrido. Em janeiro de 2022 a Companhia reabriu sua sede para receber os colaboradores de forma gradativa e ainda em modo experimental.

Análise de impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 e n.º 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque:

- I. Avaliação de provisão para perda esperada: A Companhia avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. A Companhia não observou nenhuma mudança significativa em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021. Cabe ressaltar

que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas.

- II. Avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada: A Companhia avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e identificou mudanças significativas em relação ao teste de *impairment* de 31 de dezembro de 2021, maiores detalhes na nota explicativa 2.
- III. Recuperabilidade dos tributos diferidos: A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Não houve nenhum indicativo relevante que altere a avaliação da Administração efetuada em 31 de dezembro de 2021.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito conforme comentado na nota 29.

Levando em consideração todos os fatores acima, a Administração concluiu que não existem fatos relevantes adicionais relacionados à capacidade da Companhia em continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas com base na capacidade de continuidade operacional.

2 Combinação de negócios

A aquisição das controladas está alinhada à estratégia da Companhia de ampliar a oferta de produtos e soluções aos clientes e aos consumidores, fortalecer sua posição de liderança em Soluções Analíticas, reafirmar sua estratégia de transformação digital e criar valor através do uso da marca e da força de vendas assim como monetização da sua base de clientes e consumidores.

(i) Aquisição da Konduto Internet Data Technology S.A.

Em 5 de agosto de 2021, a Companhia firmou contrato de compra e venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças com os acionistas da Konduto Internet Data Technology S.A. (“Konduto”) para (i) a aquisição de ações que representam 72,2% do capital social da Konduto, em contrapartida ao pagamento de montante em moeda corrente nacional, e (ii) a incorporação de ações da Konduto (imediatamente após os efeitos da Aquisição), de modo a tornar-se proprietária das ações remanescentes (não objeto da Aquisição) que representam 27,8% do capital social da Konduto (“Incorporação de Ações” e, em conjunto com a Aquisição, a “Operação”), em contrapartida à entrega, a determinados acionistas da Konduto - detentores de tal participação remanescente, de (a) 2.884.513 ações de emissão da Companhia, e (b) bônus de subscrição, os quais conferirão a tais acionistas a prerrogativa de subscrever até 1.955.620 ações da Companhia. Mediante a consumação da operação, a Companhia se tornou titular, portanto, de 100% do capital social da Konduto, pelo montante de R\$186.829. Os valores de preço descritos acima estão abaixo relacionados:

- a) Preço de aquisição à vista de R\$122.455, sendo (equivalente a 72,2% do capital social da Konduto, sendo:

- 1) R\$114.455 pagos aos acionistas vendedores em 5 de agosto de 2021;
 - 2) R\$2.000 retidos pela Companhia com a finalidade de ajuste do preço de aquisição, com prazo de liquidação até 120 dias úteis da data da assinatura do contrato; e
 - 3) R\$6.000 retido do preço de forma a garantir a obrigação de indenização dos vendedores para possíveis perdas, sendo acrescido da remuneração apurada desde a data do fechamento do contrato de compra e venda até a última data de liberação, com base no seguinte índice IPC-A + Selic, a serem pagas em três parcelas sendo em 2025, 2026 e 2027 à medida em que sejam finalmente decididas (trânsito em julgado).
- b) Pagamento via instrumentos patrimoniais (equivalente a 27,8% do capital social da Konduto através de emissão de novas ações da Companhia no montante de R\$64.374, sendo:
- 1) 2.884.513 ações de emissão da Companhia no montante de R\$28.723 registrado na rubrica “Capital Social”; e
 - 2) Bônus de subscrição no montante de R\$19.474 registrado na rubrica “Reserva de Capital”, os quais conferirão a tais acionistas a prerrogativa de subscrever até 1.955.620 ações da Companhia de acordo com prazos e valores de exercício previstos em contrato de compra e venda.

Dada a dilação de prazo de negociação (data de *signing* e *closing*) entre as partes, houve uma diferença do preço da ação que foi base para conversão da quantidade de ações a serem entregues para a Konduto, conforme descrito nos itens 1 e 2 acima, respectivamente, dessa forma, em 5 de agosto de 2021 foi (data do *closing*) foi registrado o *fair value* atualizado no montante de R\$16.177 devidamente registrado na rubrica “Reserva de capital”.

A Konduto é uma das empresas líderes em fornecimento de Soluções Antifraude no Brasil com foco principal em contribuir à segurança da operação de lojas virtuais, *fintechs* e meios de pagamento através do combate à fraude em transações digitais de forma eficiente, minimizando as perdas relacionadas à fraude e maximizando o faturamento destas operações. A solução combina alta tecnologia e inteligência humana para realizar análises precisas em menos de 1 segundo e atende lojas no Brasil, México, Argentina, Chile e Colômbia. Com 7 anos de história, a Konduto é uma das maiores soluções antifraude do Brasil, com 120 funcionários. Em 2020, atendeu mais de 27 mil lojas e analisou mais de 244 milhões de pedidos, contribuindo com o faturamento dos seus clientes na ordem de R\$35 bilhões. A Konduto também é idealizadora e organizadora do *Fraud Day*, o maior evento da América Latina para profissionais do mercado de prevenção à fraude.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, contratou empresa especializada e independente, para a elaboração do estudo de *Purchase Price Allocation* (“PPA”), para a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Konduto.

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactam as demonstrações financeiras consolidadas em 5 de agosto de 2021. Foi registrado nesse último trimestre de 2021, ajuste de preço contratual, sendo que foi baixado totalmente o valor retido do passivo circulante no montante de R\$2.000 e foi registrado um adicional de contas a receber dos acionistas vendedores da Konduto no montante de R\$433 no qual está registrado na “rubrica outros

ativos”. Em razão do ajuste, o valor de aquisição total da Konduto em 31/12/2021 foi de R\$184.396.

Ativo	Konduto
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	800
Contas a receber	2.295
Adiantamentos	63
Despesa antecipada	82
Tributos a recuperar	131
Total do ativo circulante	3.371
Não circulante	
Imobilizado	353
Total do ativo não circulante	353
Total do ativo	3.724
Passivo	Konduto
Circulante	
Fornecedores	811
Empréstimos e financiamentos	248
Impostos e contribuições a pagar	358
Adiantamentos de clientes	75
Obrigações trabalhistas	1.873
Outras obrigações	4.070
Total do passivo circulante	7.435
Total ativos e passivos líquidos	(3.711)
Alocação de Mais Valia	
<i>Software</i>	11.800
Relacionamento com clientes	590
Base de Dados	19.370
Acordo de não competição	480
Parcela não alocada	155.867
Total da Combinação de Negócios em 31.12.2021	184.396
Valor pago à vista	114.455
Ajuste de preço	(433)
Parcela de longo prazo	6.000
Parcela de incorporação de ações	64.374

O custo de transação envolvendo a aquisição da Konduto em 2021 foi de R\$2.317, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

Foi realizado um aporte de capital na investida Konduto em 19 de agosto de 2021, no montante de R\$2.000 em caráter de aumento de capital.

(ii) **Aquisição da Acordo Certo**

Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra da totalidade das ações da empresa Acordo Certo Participações S.A., pelo montante de R\$381.018, no qual o valor foi ajustado a valor presente em R\$30.073, totalizando R\$350.945 os quais são compostos por:

- c) Preço de aquisição à vista de R\$37.000, sendo:
 - 1) R\$30.500 pagos aos acionistas vendedores em 21 de dezembro de 2020;
 - 2) R\$4.500 foi retido pela Companhia com a finalidade de ajuste do preço de aquisição, com prazo de liquidação até 60 dias da data da assinatura do contrato. Em 30 de junho de 2021 a Companhia realizou o ajuste de preço e baixou totalmente o valor retido do passivo circulante e consequentemente gerou um contas a receber dos acionistas vendedores da Acordo Certo no montante de R\$3.008 no qual foi registrado na “rubrica outros ativos” e totalmente liquidado pelos acionistas vendedores da Acordo Certo; e
 - 3) R\$2.000 retido do preço de forma a garantir a obrigação de indenização dos vendedores para possíveis perdas, a ser paga em 2023 à medida em que sejam finalmente decididas (trânsito em julgado).

- d) Preço de aquisição complementar a prazo de R\$344.018, o qual foi ajustado a valor presente em R\$30.073, totalizando R\$313.945, sendo:
 - 1) R\$100.623 (R\$91.827 a valor presente) devidamente ajustados pelo CDI, desde a data de fechamento até 31 de dezembro de 2022;
 - 2) R\$243.395 (R\$222.118 a valor presente), devidamente ajustados pelo CDI de 1 de janeiro de 2023 até seu efetivo pagamento, sujeita ao atingimento de metas estabelecidas para a adquirida relativas ao exercício de 2022 e outras obrigações contratuais^(*).

^(*) A remuneração devida ao assessor financeiro sobre o preço de aquisição complementar de R\$2.000 mais impostos e mais 5% do preço de aquisição complementar poderá ser paga pela Boa Vista e descontada do preço de aquisição complementar. De forma a garantir a obrigação de indenização dos Vendedores relativamente a perdas oriundas de demandas cujos fatos, atos e/ou omissões tenham sido objeto de divulgação nas declarações e garantias prestadas pelos Vendedores, foi autorizada a retenção de R\$13.000 do preço de aquisição complementar, a serem pagas em 2024, 2025 e 2026 na medida em que alguma demanda do valor retido seja finalmente decidida (trânsito em julgado), líquido de custos e despesas incorridos no tocante à defesa ou à demanda em questão.

A Acordo Certo é provedora da plataforma 100% digital de renegociação de dívidas que tem como principal objetivo ajudar consumidores a regularizarem suas dívidas de uma forma 100% online de maneira simples e fácil, conectando credores com dívidas vencidas com seus consumidores.

A Companhia, conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, contratou empresa especializada e independente, para a elaboração do estudo de *Purchase Price Allocation* (“PPA”), para a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Acordo Certo.

Em razão da complexidade da operação e sua relevância, a alocação final poderá sofrer alterações e aprimoramentos até a finalização do estudo, que tem estimativa em até 12 meses, a partir da data da respectiva aquisição.

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas em 21 de dezembro de 2020. Foi registrado em 30 de junho de 2021, ajuste de preço contratual, sendo que foi baixado totalmente o valor retido do passivo circulante no montante de R\$4.500 e foi registrado um adicional de contas a receber dos acionistas vendedores da Acordo Certo no montante de R\$3.008 no qual está registrado na “rubrica outros ativos”. Em razão do ajuste, o valor de aquisição total da Acordo Certo em 31/12/2021 foi de R\$343.437.

Ativo	Acordo Certo
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	391
Contas a receber	5.578
Despesa antecipada	49
Tributos a recuperar	3
Total do ativo circulante	6.021
Não circulante	
Partes relacionadas	255
Imobilizado	1.988
Total do ativo não circulante	2.243
Total do ativo	8.264
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	8.499
Impostos e contribuições a pagar	1.485
Obrigações trabalhistas	2
Total do passivo circulante	9.986
Empréstimos e financiamentos	782
Dividendos a pagar	6
Empréstimos com partes relacionadas	1.135
Total do passivo não circulante	1.923
Total ativos e passivos líquidos	(3.645)
Alocação de Mais Valia	
<i>Software</i>	144.577
<i>Marca</i>	32.098
Ágio na Operação	170.407

Total da Combinação de Negócios a valor presente após ajuste de preço em 30.06.2021	343.437
Valor pago à vista	30.500
Ajuste de preço	(7.508)
Parcela de longo prazo ⁽ⁱ⁾	320.445

⁽ⁱ⁾ Os pagamentos de longo prazo foram trazidos a valor presente para a data de aquisição.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade da Companhia.

O montante de R\$30.500 demonstrado no grupo de atividades de investimento, na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica “Aquisição de controlada, líquido do caixa” corresponde ao valor pago, líquido do caixa das operações adquiridas.

O custo de transação envolvendo a aquisição da Acordo Certo em 2020 foi de R\$3.150, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

Foi realizado um aporte de capital na investida Acordo Certo Participações S.A., no montante R\$40.000 registrado na rubrica “Adiantamento para futuro aumento de capital” no patrimônio líquido devidamente incorporado ao capital em 1 de fevereiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia, seguindo o CPC 01 (R1), após teste de *impairment* da “UGC” Acordo Certo concluiu pelo registro de perda por *impairment* no montante de R\$181.285, tendo em vista que o valor recuperável foi menor do que o valor contábil originalmente registrado, suportado por relatório de estimativa do valor recuperável de empresa terceirizada.

A Companhia também reavaliou o preço de aquisição complementar que está sujeita ao atingimento de metas estabelecidas para a adquirida relativas ao exercício de 2022. Portanto, em contrapartida ao registro de perda por *impairment* baixou o montante de R\$196.557 na rubrica “Obrigações por aquisições de investimentos” e seus impactos tributários no montante de R\$9.140 na rubrica “Provisões e Impostos a pagar”, de maneira que diminui significativamente o impacto no resultado final entre o registro de perda por *impairment* e a respectiva baixa do preço de aquisição complementar.

Efeitos no resultado dos lançamentos acima mencionados:

	2021
Perda por <i>impairment</i>	
Outras (despesas)/receitas (nota explicativa 26.b)	(181.285)
Baixa do preço de aquisição complementar	
Outras (despesas)/receitas financeiras (nota explicativa 27)	187.418
Efeito líquido de impostos	

Correntes e Diferidos	(2.085)
Efeito total líquido no resultado	4.048

Efeitos no balanço patrimonial dos lançamentos acima mencionados:

	2021
Perda por redução ao valor recuperável de ativos – ATIVO	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa 12)	(170.407)
Software (nota explicativa 12)	(8.902)
Marca (nota explicativa 12)	(1.976)
Impostos de renda e contribuição social diferidos não circulante (nota explicativa 23.c)	61.637
Total perda por valor recuperável de ativos	(119.648)
Baixa do preço de aquisição complementar - PASSIVO	
Obrigações por aquisições de investimentos (nota explicativa 19)	196.558
Provisões e impostos a pagar (nota explicativa 21)	(9.140)
Impostos de renda e contribuição social diferidos não circulante (nota explicativa 23.c)	(63.722)
Total baixa do preço de aquisição complementar	123.696
Efeito total líquido no balanço patrimonial	4.048

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), bem como as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

b) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A demonstração do valor adicionado não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma suplementar para fins de IFRS.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 23 de março de 2022.

3.1 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da controladora.

3.2 Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras das empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as Companhias, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, b) eliminação dos saldos de investimentos da Companhia com os saldos de capital, reserva de lucros (prejuízos) acumulados das controladas.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa. As operações entre as empresas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas entre as empresas controladas são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a controladora desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a controladora retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se à:

Reconhecimento de receita: se a receita de serviços para decisão e serviços de recuperação são reconhecidos ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo - Nota explicativa 6.13.

Determinação da vida útil dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis: a determinação das vidas úteis requer estimativas em relação aos benefícios futuros esperados. As hipóteses relacionadas aos benefícios futuros esperados implicam em um grau significativo de julgamento - Nota explicativa 6.4 e 6.5.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, na respectiva data de aquisição.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se à:

Avaliação do risco de crédito para determinação da redução do valor recuperável do contas a receber: *score* - trata-se do *rating* calculado internamente pela Companhia que atribui ao cliente a probabilidade para recuperação das contas a receber - Nota explicativa 8.

Os clientes com inadimplência inferior a 90 dias, com alta ou baixa probabilidade de recuperação ou inadimplência superior a 90 dias, mas com probabilidade alta de recuperação é aplicado os percentuais históricos de recuperação da Companhia. Para os clientes com inadimplência superior a 90 dias com probabilidade baixa de recuperação é aplicado o percentual do *Score Baixo*, nesse caso todos os títulos (vencidos e a vencer) são provisionados utilizando o mesmo critério. As informações sobre as perdas de créditos esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota 8.

Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado, intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento - Nota explicativa 6.14.

Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - Nota explicativa 21b.

(ii) Mensuração do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: instrumentos financeiros (nota explicativa 29) e transações de pagamento baseado em ações (nota explicativa 31).

5 Base de consolidação

Abaixo representamos as controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Participação direta:	Participação em %	
	31.12.2021	31.12.2020
Acordo Certo Participações S.A. ^(*)	100,00	100,00
Konduto Internet Data Technology S.A.	100,00	-

^(*) Empresa adquirida em 2020, a Acordo Certo Participações S.A é proprietária e legítima titular de 100% do capital social da Acordo Certo Ltda.

6 Principais políticas contábeis

6.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações financeiras, que possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6.2 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Os ativos financeiros gerenciados e cujos desempenhos são avaliados com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui caixa e equivalentes de caixa e derivativos (veja a nota explicativa 29). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa, em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

6.3 Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. A Companhia possui participações em duas controladas.

Os investimentos nas controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos entre as Companhias, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as Companhias, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes das controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Foram eliminados os investimentos na proporção das participações da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas.

6.4 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Direito de uso de imóvel	10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.5 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizados prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

a. Base de dados

O intangível inclui gastos com base de dados principalmente de cartórios, com a finalidade de formação dos produtos oferecidos pela Companhia a seus clientes. Estes ativos são amortizáveis pelo método linear, cuja vida útil é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos.

b. Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição e não são amortizadas ao longo do tempo.

c. Softwares

Refere-se a licenças adquiridas de programas de computador que são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas quando incorridos. *Os softwares* adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo

valor justo na data da aquisição e sua respectiva amortização é realizada de acordo com a avaliação da vida útil estimada do ativo intangível.

d. Acordo de não competição

Refere-se a acordo de não competição de pessoas chaves adquiridas em combinação de negócios. São reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição e sua respectiva amortização é realizada de acordo com a avaliação da vida útil estimada do ativo intangível.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Base de dados	5 anos
Softwares	5 a 8 anos
Carteira de clientes identificados em combinação de negócios	10 anos
Acordo de não competição	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com mão de obra interna no formato de *Squads* (times multidisciplinares) para desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos comercializados pela Companhia aos seus clientes, são classificados no intangível como “Novos produtos” após conclusão do produto, já para a classificação em “Intangível em andamento” são produtos ainda em desenvolvimento.

Os gastos com desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo;
- Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos e/ou aperfeiçoamento ou intenção de concluir o ativo para usá-lo.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto estimados entre 2 a 5 anos. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

6.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor de uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou Unidade Geradora de Caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou geração de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

6.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

6.8 Combinação de negócios e *Goodwill*

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição.

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a Unidade Geradora de Caixa poderá apresentar redução ao valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos na controlada é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

Reconhecimento e mensuração

a. Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

6.9 Benefícios a empregados

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia oferece aos seus funcionários plano de aposentadoria de contribuição definida, chamado Boa Vista Prev., administrado pela Bradesco Vida e Previdência, cuja as contribuições mensais são feitas parte pelos funcionários e parte pela Companhia. O plano foi implementado em 1 de novembro de 2011 e modificado em 2015.

(iv) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo dos acordos de pagamento baseado em ações é calculado na data de outorga, e reconhecido como despesas de pessoal durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

6.10 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A probabilidade de perda para contingências trabalhistas e fiscais inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais

recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos da Companhia. No caso de contingências cíveis a provisão é feita de acordo com quantidade de processos ativos independente da sua probabilidade de perda, multiplicado por valor médio histórico de perda dos processos.

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado pelo seu valor justo. Posteriormente, é mensurado pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com os requisitos de provisões acima ou o valor inicialmente reconhecido menos (quando apropriado) a amortização acumulada reconhecida de acordo com os requisitos de reconhecimento de receita.

6.11 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (R\$20 por mês) e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se (a) a Companhia tem o direito legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

6.12 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo exigível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

6.13 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

6.13.1 Receita de serviços para decisão

Os serviços para decisão englobam a disponibilização de dados/scores à clientes para suportar tomadas de decisões, em sua maioria, sobre riscos de crédito junto aos seus consumidores.

a. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos.

Os clientes podem acessar os dados/scores disponibilizados pela Companhia no momento em que é firmado o contrato.

Existem quatro tipos principais de contrato:

- (1) **Pacote mensal:** modalidade de pacotes padronizados que permite a contratação mensal dos produtos através de uma “cesta de produtos” padrão do portfólio. Os clientes contratam uma franquia de valor mensal e utilizam esses produtos, que serão precificados por preços unitários.

Se a utilização for menor que o valor contratado, será cobrada a franquia mensal. Se a utilização for maior que o valor contratado é cobrado excedente. Essa modalidade atende substancialmente clientes de pequeno porte.
- (2) **Pacote anual:** modalidade de pacotes customizados que permite a contratação dos produtos como volume limitado anual através de uma “cesta de produtos” customizadas do portfólio. Os clientes contratam um volume anual, pagam valor fixo mensal e utilizam esses produtos dentro do período contratado, que serão precificados por preços unitários. A cobrança de excedente ocorrerá somente se a volumetria utilizada for maior que a volumetria anual contratada. Se o volume utilizado for inferior ao volume anual contratado, não existe a devolução de qualquer valor ao cliente. Essa modalidade atende substancialmente clientes de grande porte.
- (3) **Pacote ilimitado:** modalidade de pacotes customizados que permite a contratação dos produtos como volume ilimitado através de uma “cesta de produtos” customizadas do portfólio. Os clientes pagam valor fixo mensal e utilizam esses produtos dentro do período contratado. Essa modalidade atende substancialmente clientes estratégicos de grande porte.
- (4) **Tabela cascata:** modalidade de uso sem valor mínimo que permite a utilização de uma “cesta de produtos” ou determinado produto do portfólio. A precificação é feita por volume X preço, onde quanto mais se utiliza menor o valor do preço unitário. Essa modalidade atende substancialmente clientes de pequeno porte.

A fatura para uso excedente é emitida em intervalos de 30 dias e são liquidadas por meio de débito em conta corrente ou boleto bancário.

Em alguns casos o cliente paga antecipadamente pelo pacote anual. Quando o cliente efetua o pagamento antecipado, é reconhecido um passivo de contrato no montante pago antecipadamente por sua obrigação de disponibilização de dados/scores à clientes. A realização do passivo de contrato e reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente recebe e consome (tem acesso aos) produtos contratados. Ver item b.

b. Reconhecimento da receita

- (1) **Pacote mensal:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal (valor mínimo ou valor mínimo mais excedente).
- (2) **Pacote anual:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores/produtos efetivamente utilizados pelos clientes.
- (3) **Pacote ilimitado:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal.
- (4) **Tabela cascata:** a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados no faturamento mensal (preço X volume).

Para valores pré-pagos de contratos, o saldo não utilizado de dados/scores é reconhecido como receita quando não há mais direito de consumo pelo cliente.

6.13.2 Serviço de recuperação

Os serviços de recuperação englobam, substancialmente, as soluções para suportar clientes da Companhia em recuperação de dívidas, a Companhia notifica formalmente o devedor e em caso de não pagamento, torna a dívida pública.

a. Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os serviços para recuperação consistem em notificar o devedor e em caso de não pagamento, tornar a dívida pública. Os serviços para recuperação são prestados a partir da aceitação do contrato pelo cliente da Companhia. O cliente contrata um determinado volume de notificações para um determinado período de tempo. Cada notificação enviada corresponde a um serviço prestado que é apurado de acordo com o volume de notificações enviadas valorizadas pelo preço contratado pelos clientes. A apuração da quantidade de serviços prestados é apurada mensalmente e a emissão da nota fiscal ocorre em intervalos de 30 dias após apuração da prestação de serviços e são liquidadas por meio de débito em conta corrente ou boleto.

b. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente é notificado (quando o cliente recebe e consome os benefícios dos serviços contratados) durante o período do contrato, com base na apuração mensal efetuada pela Companhia do volume de notificações enviadas.

6.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia utiliza uma “matriz de provisão” para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com *score* (percentual que representa o cálculo estatístico produzido internamente que considera estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor). Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente pela tesouraria da Companhia. Os percentuais de perda histórica e *scores* são revistos sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Os clientes com inadimplência inferior ou superior a 90 dias, mas com probabilidade alta de recuperação, é aplicado os percentuais históricos de recuperação da Companhia. O *score* é aplicado para os clientes inadimplentes a mais de 90 dias com probabilidade baixa de recuperação.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

6.15 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão abaixo apresentadas:

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020: Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamentos e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios

iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

IFRS 17 – Contrato de seguro. Nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 (CPC 50) vigora para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica a Companhia e suas controladas.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O pronunciamento foi revisado e traz novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios. As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

As alterações apresentadas dever ser aplicadas retrospectivamente. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Outras melhorias, alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 1 de janeiro de 2021 não tiveram impacto significativos no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6.16 Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2021

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2021, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O pronunciamento foi revisado e traz novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia e suas controladas negociaram postergação de pagamentos que não impactaram o passivo de arrendamento e descontos pontuais que não configuraram modificação de contrato com impacto imaterial no resultado.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios. As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações nos CPC 11, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 06 (R2), e CPC 38 - Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2: A alteração trata da substituição de uma taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. Aos CPCs 48 e 38, a reforma da taxa de juros de referência muda a base de determinação dos fluxos de caixa contratuais das relações de proteção. Já no CPC 06 (R2), modifica os arrendamentos devido à mudança de base na determinação dos pagamentos futuros;

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material. As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das

demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa	11	11	12	12
Bancos conta movimento	16.742	12.719	17.627	48.153
Outros ativos financeiros (*)	1.231.698	1.251.920	1.248.406	1.251.920
Total	<u>1.248.451</u>	<u>1.264.650</u>	<u>1.266.045</u>	<u>1.300.085</u>

(*) Representam aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, e compromissadas de terceiros, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de dezembro de 2021 com rendimento médio em 102,37% do CDI (31 de dezembro de 2020 - 106,80% do CDI), sem risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata.

8 Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de contas a receber é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cientes por serviços de informações prestados	124.528	123.696	134.842	129.850
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.225)	(3.848)	(3.281)	(4.034)
Total	121.303	119.848	131.561	125.816
Circulante	109.904	105.616	120.162	111.584
Não Circulante (*)	11.399	14.232	11.399	14.232
Total	121.303	119.848	131.561	125.816

(*) Refere-se principalmente a contrato de fornecimento de informações firmado em novembro de 2019, que tem parcelas registradas no ativo não circulante.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, e a análise da provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) estão apresentadas na tabela a seguir:

Inadimplência	Score de Recuperação de Crédito	Aging dos Títulos	Controladora					
			Taxa média de perda esperada (*)	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada	Taxa média de perda esperada (*)	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada
Clientes vencidos até 90 dias	Score alto / baixo	A vencer	1,33%	112.044	1.486	1,43%	109.305	1.565
		Vencidos de 1 - 30 dias	5,27%	2.768	146	5,32%	3.419	182
		Vencidos de 31 - 60 dias	16,33%	888	145	16,89%	752	127
		Vencidos de 61 - 90 dias	25,45%	330	84	27,69%	325	90
Clientes vencidos há mais de 90 dias	Score alto		6,90%	7.640	527	10,47%	8.923	934
		Score baixo		97,55%	858	837	97,74%	972
Total				124.528	3.225		123.696	3.848

Inadimplência	Score de Recuperação de Crédito	Aging dos Títulos	Consolidado					
			Taxa média de perda esperada (*)	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada	Taxa média de perda esperada (*)	Saldo Contábil Bruto	Provisão para perda esperada
Clientes vencidos até 90 dias	Score alto / baixo	A vencer	1,25%	121.875	1.525	1,42%	114.701	1.627
		Vencidos de 1 - 30 dias	5,28%	2.975	157	5,31%	3.898	207
		Vencidos de 31 - 60 dias	13,70%	1.073	147	16,87%	966	163
		Vencidos de 61 - 90 dias	25,07%	335	84	27,69%	325	90
Clientes vencidos há mais de 90 dias	Score alto		6,90%	7.693	531	10,47%	8.923	934
		Score baixo		93,94%	891	837	97,69%	1.037
Total				134.842	3.281		129.850	4.034

(*) A metodologia de cálculo da PECLD está descrita na nota explicativa nº. 29⁽ⁱⁱⁱ⁾.

A movimentação das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	3.848	3.299	4.034	3.299
Constituição de provisão (a)	3.243	2.946	3.778	2.946
Utilização de provisão (b)	(2.220)	(1.506)	(2.220)	(1.506)
Reversão de provisão (c)	(1.646)	(1.496)	(2.311)	(1.496)
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.225</u>	<u>3.243</u>	<u>3.281</u>	<u>3.243</u>

(a) Constituição de provisão Perdas Estimativas em Créditos de Liquidação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020;

(b) Perdas incobráveis de clientes; e

(c) Reversão de provisões por pagamentos dos clientes.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
IRPJ a recuperar	21.290	11.376	21.374	11.376
CSLL a recuperar	813	4.976	862	4.976
PIS e COFINS a recuperar	305	3.462	620	3.462
IRRF sobre aplicações financeiras	5.873	1.239	5.921	1.242
ISS sobre faturamento	712	712	807	712
ISS a recuperar	20	20	20	20
IOF sobre aplicações financeiras	84	29	84	29
Outros tributos a recuperar	683	956	683	956
Total	<u>29.780</u>	<u>22.770</u>	<u>30.371</u>	<u>22.773</u>
Circulante	29.097	21.814	29.688	21.817
Não Circulante	683	956	683	956
Total	<u>29.780</u>	<u>22.770</u>	<u>30.371</u>	<u>22.773</u>

10 Investimentos

Os investimentos da Companhia e suas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os detalhes do investimento em controladas está a seguir apresentado:

			Controladora	
	Acordo Certo Participações S.A.	Konduto Internet Data Technology S.A.	31.12.2021	31.12.2020
Em controladas:				
Equivalência patrimonial	27.221	(1.040)	26.181	35.610
Mais Valia em investimentos	158.602	30.905	189.507	176.675
<i>Goodwill</i> em investimentos	170.407	155.857	326.264	177.915
Perda por redução ao valor recuperável	(181.285)	-	(181.285)	-
Total	174.945	185.722	360.667	390.200

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimentos está descrito na nota explicativa 13 - Ágio na combinação de negócios.

O detalhamento da perda por redução ao valor recuperável de investimentos da Acordo Certo Participações S.A esta descrito na nota explicativa 2(ii).

Se a Konduto Internet Data Technology S.A. tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2021, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R\$18.755 e prejuízo acumulado proforma de R\$7.328. Essas informações de receita líquida e resultado foram obtidas mediante a simples agregação dos valores da empresa adquirida e adquirente e não representam os valores reais consolidados para o ano de 2021.

As principais informações sobre as controladas diretas referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2021

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	<u>31.12.2021</u>							<u>31.12.2020</u>			
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido/negativo</u>	<u>Receitas líquidas</u>	<u>Lucro/(prejuízo) Bruto</u>	<u>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</u>	<u>Prejuízo do exercício</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Investimento</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Investimento</u>
Controladas:											
Acordo Certo Participações S.A.	32.744	5.524	27.220	27.029	(1.626)	(11.881)	(8.390)	(8.390)	27.221	(745)	35.610
Konduto Internet Data Technology S.A.	4.925	5.965	(1.040)	9.559	2.912	(1.262)	<u>(1.328)</u>	<u>(1.328)</u>	<u>(1.040)</u>	-	-
Total							<u>(9.718)</u>	<u>(9.718)</u>	<u>26.181</u>	<u>(745)</u>	<u>35.610</u>

11 Imobilizado

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Controladora						
Movimentação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Direito de Uso de Imóvel	Total de Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Aquisições	1.354	67	11	103	3.633	4.721	9.889
Baixas	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Depreciação	(502)	(116)	(48)	(191)	(3.366)	(2.483)	(6.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.771	501	259	598	11.307	14.196	30.632
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	5.246	874	429	1.461	17.922	21.969	47.901
Depreciação acumulada	(1.475)	(373)	(170)	(863)	(6.615)	(7.773)	(17.269)
Saldo contábil líquido	3.771	501	259	598	11.307	14.196	30.632
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.771	501	259	598	11.307	14.196	30.632
Aquisições	-	-	-	-	918	1.363	2.281
Baixas	-	(52)	(6)	(36)	(18)	-	(112)
Depreciação	(593)	(77)	(41)	(122)	(3.629)	(2.814)	(7.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.178	372	212	440	8.578	12.745	25.525
Saldo em 31 de dezembro de 2021							
Custo	5.246	720	422	1.139	16.763	23.332	47.622
Depreciação acumulada	(2.068)	(348)	(210)	(699)	(8.185)	(10.587)	(22.097)
Saldo contábil líquido	3.178	372	212	440	8.578	12.745	25.525

Boa Vista Serviços S.A.
*Demonstrações financeiras
 Individuais e consolidadas.
 Exercícios findos em
 31 de dezembro de 2021*

	Consolidado						
Movimentação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Direito de Uso de Imóvel	Total de Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.919	550	296	686	11.297	11.958	27.706
Aquisições	1.354	67	11	103	3.633	4.721	9.889
Aquisição de controladas	449	3	148	409	532	988	2.529
Baixas	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Depreciação	(561)	(116)	(60)	(281)	(3.478)	(2.837)	(7.333)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.161	504	395	917	11.727	14.830	32.534
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	5.695	877	577	1.870	18.454	22.957	50.430
Depreciação acumulada	(1.534)	(373)	(182)	(953)	(6.727)	(8.127)	(17.896)
Saldo contábil líquido	4.161	504	395	917	11.727	14.830	32.534
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.161	504	395	917	11.727	14.830	32.534
Aquisições	-	-	-	-	1.257	1.426	2.683
Aquisição de controladas	218	14	-	107	280	-	619
Baixas	(218)	(66)	(6)	(138)	(223)	(58)	(709)
Depreciação	(761)	(77)	(57)	(164)	(3.826)	(3.140)	(8.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.400	375	332	722	9.215	13.058	27.102
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	5.695	723	570	1.553	17.708	24.325	50.574
Depreciação acumulada	(2.295)	(348)	(238)	(831)	(8.493)	(11.267)	(23.472)
Saldo contábil líquido	3.400	375	332	722	9.215	13.058	27.102

12 Intangível

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Controladora							
Movimentação	Base de dados (a)	Marcas, direitos, patentes e outros	Software	Ágio na combinação de negócios (b)	Software, carteira de clientes e acordos de não competição identificado em combinação de negócios	Novos produtos (c)	Intangível em andamento	Total de Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2019	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Aquisições	102.172	-	29.377	-	-	23.164	4.685	159.398
Baixas	-	-	-	-	-	(4.702)	-	(4.702)
Transferências	-	-	20.592	-	-	8.675	(29.267)	-
Amortização	(144.415)	-	(10.125)	-	(2.514)	(2.400)	-	(159.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	342.422	130	49.105	110.182	1.047	24.737	9.626	537.249
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	771.385	130	67.296	110.182	25.129	27.137	9.626	1.010.885
Amortização acumulada	(428.963)	-	(18.191)	-	(24.082)	(2.400)	-	(473.636)
Saldo contábil líquido	342.422	130	49.105	110.182	1.047	24.737	9.626	537.249
Saldo em 31 de dezembro de 2020	342.422	130	49.105	110.182	1.047	24.737	9.626	537.249
Aquisições	93.620	-	47.284	-	-	43.660	12.986	197.550
Baixas	-	-	-	-	-	-	(3.695)	(3.695)
Amortização	(134.964)	-	(18.074)	-	(1.047)	(10.635)	-	(164.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	301.078	130	78.315	110.182	-	57.762	18.917	566.384
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	695.624	130	111.434	110.182	-	68.934	18.917	1.005.221
Amortização acumulada	(394.546)	-	(33.119)	-	-	(11.172)	-	(438.837)
Saldo contábil líquido	301.078	130	78.315	110.182	-	57.762	18.664	566.384

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2021

Consolidado

Movimentação	Base de dados (a)	Marcas, direitos, patentes e outros	Software	Ágio na combinação de negócios (b)	Software, carteira de clientes e acordos de não competição identificado em combinação de negócios	Novos produtos (c)	Intangível em andamento	Total de Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2019	384.665	130	9.261	110.182	3.561	-	34.208	542.007
Aquisições	102.172	-	29.469	-	-	23.164	4.685	159.490
Aquisição de controlada (d)	-	32.098	144.577	177.915	-	-	-	354.590
Baixas	-	-	-	-	-	(4.702)	-	(4.702)
Transferências (e)	-	-	20.592	-	-	8.675	(29.267)	-
Amortização	(144.415)	-	(10.143)	-	(2.513)	(2.400)	-	(159.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	342.422	32.228	193.756	288.097	1.048	24.737	9.626	891.914
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	771.385	32.228	211.965	288.097	25.129	27.137	9.626	1.365.567
Amortização acumulada	(428.963)	-	(18.209)	-	(24.081)	(2.400)	-	(473.653)
Saldo contábil líquido	342.422	32.228	193.756	288.097	1.048	24.737	9.626	891.914
Saldo em 31 de dezembro de 2020	342.422	32.228	193.756	288.097	1.048	24.737	9.626	891.914
Aquisições	93.620	-	47.287	-	-	46.601	15.025	202.533
Aquisição de controladas (d)	19.370	-	11.810	158.290	1.070	-	-	190.540
Baixas	-	-	-	-	-	-	(3.695)	(3.695)
Ajuste de preço na combinação de negócios	-	-	-	(9.941)	-	-	-	(9.941)
Amortização	(134.964)	-	(18.089)	-	(1.047)	(10.977)	-	(165.077)
Amortização Mais Valia	-	-	(19.417)	-	-	-	-	(19.417)
Baixa por redução de valor recuperável (e)	-	(1.976)	(8.902)	(170.407)	-	-	-	(181.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	320.448	30.252	206.445	266.039	1.071	60.361	20.956	905.572
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	714.994	30.252	259.014	266.039	28.383	71.875	20.956	1.391.513
Amortização acumulada	(394.546)	-	(52.569)	-	(27.312)	(11.514)	-	(485.941)
Saldo contábil líquido	320.448	30.252	206.445	266.039	1.071	60.361	20.956	905.572

- (a) Refere-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Companhia no qual são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações de 5 anos.
- (b) Ágio decorrente da combinação de negócios. O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos incorporados de parcela cindida do patrimônio líquido da Equifax do Brasil Ltda com ágio no montante de R\$110.182, em 31 de maio de 2011. A aquisição teve como objetivo ampliar a base de dados

sobre pessoas jurídicas, capturar sinergias e expandir a lista de serviços e soluções oferecidos, a fim de suportar as decisões dos clientes em todas as etapas do ciclo de seus negócios. O ágio é testado anualmente no nível de geração de caixa da Companhia uma vez que a Companhia é definida como a Unidade Geradora de Caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 devido a combinação de negócios na aquisição da empresa Acordo Certo Participações S.A. registramos o ágio no montante de R\$177.915 não havendo dedutibilidade fiscal até o momento da incorporação pela Companhia.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 houve uma baixa no ágio na combinação de negócios resultantes de ajuste de preço inicial, calculado conforme indicadores estabelecidos em contrato de compra e venda, no montante de R\$7.508. A contrapartida foi realizada na rubrica “Obrigações por aquisição de investimento”, no montante de R\$4.500 inicialmente retidos para o ajuste de preço, R\$3.008 foram recebidos em conta corrente da Companhia. Sendo assim, o ágio passou de R\$177.915 para R\$170.407 conforme apresentado na nota explicativa nº 13 Ágio na combinação de negócios.

No período findo em 30 de setembro de 2021 devido a combinação de negócios na aquisição da empresa Konduto Internet Data Technology S.A. registramos o ágio no montante de R\$147.700 com previsão de dedutibilidade fiscal a partir de janeiro de 2022 após a incorporação realizada pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 houve uma baixa no ágio na combinação de negócios resultantes de ajuste de preço inicial, calculado conforme indicadores estabelecidos em contrato de compras e venda, no montante de R\$2.433. A contrapartida foi realizada na rubrica “Obrigação por aquisição de investimento”, no montante de R\$2.000 inicialmente retidos para o ajuste de preço, R\$433 foram registrados na rubrica “Outros ativos” da Companhia. Na mesma data, houve ajustes nas linhas de relacionamento com clientes, tecnologia e banco de dados no montante de R\$10.590 ajustado diretamente em ágio. Sendo assim, o ágio passou de R\$147.700 para R\$155.857 conforme apresentado na nota explicativa nº 13 Ágio na combinação de negócios.

- (c) Refere-se a produtos desenvolvidos através das *Squads* (equipes multidisciplinares) para o desenvolvimento de produtos e melhorias operacionais.
- (d) Conforme CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a norma prevê que as Companhias poderão realizar ajustes nas alocações dos saldos adquiridos, avaliados a valor justo durante o período de 12 meses, mediante laudo elaborado por empresa independente. Do total apresentado em “Aquisição de controlada”, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o montante de R\$354.590 e R\$190.540, respectivamente refere-se a aquisições do período.
- (e) Após a avaliação de teste de valor recuperável efetuada por empresa terceira especializada, foi realizada a provisão por redução de valor recuperável do ágio e Mais Valia de ativos na combinação de negócios no montante residual de R\$181.285, conforme detalhado na nota explicativa 2(ii).

Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

Testes ao valor recuperável dos ativos de ágio pagos por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida adquiridos por meio de combinação de negócios, foram realizados por unidades geradoras de caixas (UGCs) conforme descrito abaixo:

UGC Equifax: A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável da UGC Equifax com base no preço das ações da Companhia negociadas na Bolsa de Valores. A Administração entende que o preço das ações em Bolsa de Valores é a melhor base para determinação do valor recuperável do intangível. Em 31 de dezembro de 2021 o valor em uso é maior que o valor contábil e portanto, não foi registrada perda ao valor recuperável para essa UGC.

UGC Acordo Certo: A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável da UGC Acordo Certo com base no modelo do valor em uso – fluxo de caixa descontado apurado por laudo de empresa independente contratada pela Companhia. A Administração entende que o valor em uso é a melhor base para determinação do valor recuperável do intangível. Tendo em vista que o valor recuperável calculado da UGC Acordo certo foi menor do que o valor contábil, foi registrado em 31 de dezembro de 2021 uma perda por redução ao valor recuperável do ativo, conforme detalhes na nota explicativa 2(ii).

UGC Konduto: como a controlada foi adquirida em 5 de agosto de 2021, em 31 de dezembro não foi realizado o teste de valor recuperável.

13 Ágio na combinação de negócios

A composição e a movimentação dos ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são apresentadas conforme segue:

Composição do ágio na combinação de negócios:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Equifax do Brasil Ltda	110.182	110.182
Acordo Certo Participações S.A.	-	177.915
Konduto Internet Data Technology S.A.	155.857	-
Total	<u>266.039</u>	<u>288.097</u>

Movimentação do ágio na combinação de negócios:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1 de janeiro	288.097	110.182
Acordo Certo Participações S.A. (*)	-	177.915
Ajuste de preço inicial Acordo Certo Participações S.A. (*)	(7.508)	-
Perda por redução ao valor recuperável (**)	(170.407)	-
Konduto Internet Data Technology S.A. (***)	158.290	-
Ajuste de preço inicial Konduto Internet Data Technology S.A.	(2.433)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>266.039</u>	<u>288.097</u>

- (*) O ágio de R\$170.407 representa o benefício econômico futuro esperado na sinergia da combinação das operações da Acordo Certo. Conforme mencionado na nota explicativa 12, foi realizado ajuste de preço inicial que impactou na redução do ágio no montante de R\$7.508, conforme contrato de compra e venda assinado entre as partes. A Companhia tem intenção em incorporar a empresa Acordo Certo Participações S.A. somente após o pagamento da parcela complementar, portanto até a incorporação não haverá dedutibilidade fiscal.
- (**) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a baixa por redução ao valor recuperável da UGC Acordo Certo no montante de R\$170.407, de acordo com o laudo emitido pela empresa contratada e em conformidade com o CPC 01 (R1), conforme nota explicativa 2(ii).
- (***) O ágio de R\$155.857 representa o benefício econômico futuro esperado na sinergia da combinação das operações da Konduto. Conforme mencionado na nota explicativa 12, foi realizado ajuste de preço inicial que impactou na redução do ágio no montante de R\$2.433, conforme contrato de compra e venda assinado entre as partes. A Companhia incorporou a empresa Konduto Internet Data Technology S.A. a partir de 1 de janeiro de 2022, nesta incorporação não houve dedutibilidade fiscal.

14 Fornecedores

O saldo de fornecedores na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$30.769 e R\$31.269, respectivamente e em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$39.837 e R\$40.679, respectivamente, refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Companhia e suas controladas, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de *software* e *hardware* e consultorias diversas, entre outros. A conta de fornecedores é um passivo financeiro classificado como custo amortizado.

15 Empréstimos e financiamentos bancários e Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos de empréstimos e financiamentos bancários e arrendamentos são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos ^(a)				
Bancários ⁽ⁱ⁾	2.788	29.936	2.788	29.936
	2.788	29.936	2.788	29.936
Arrendamentos ^(b)	19.852	23.208	20.278	23.983
	22.640	53.144	23.066	53.919
Circulante	8.787	34.014	9.103	34.371
Não Circulante	13.853	19.130	13.963	19.548
	22.640	53.144	23.066	53.919

a. Empréstimos e financiamentos

(i) Bancários

Operações	Período de contratação	Encargos	Controladora e Consolidado	
			31.12.2021	31.12.2020
Linha de crédito - BNDES	2015	50% (Selic + 3,15% a.a.) + 50% (TJLP + 3,95% a.a.)	-	5.351
Capital de Giro (*)	2020/2021	CDI + 3,77% a.a.	2.788	24.585
		Total	2.788	29.936
		Total Circulante	2.788	26.412
		Total Não Circulante	-	3.524
		Total	2.788	29.936

(*) Representam empréstimos e financiamentos para atender necessidade de caixa da Companhia. Não há cláusula de “covenants” financeiros. Foram cedidos como garantia aplicações financeiras em CDB no montante de R\$2.863.

O saldo do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos bancários em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	3.524
Total	-	3.524

A movimentação dos empréstimos e financiamentos bancários é assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial em 1 de janeiro	29.936	79.570
Novos empréstimos e financiamentos	-	163.565
Pagamento de principal	(29.252)	(214.465)
Pagamento de juros	(947)	(10.203)
Juros provisionados	2.683	10.831
Custos de transações apropriados no resultado	368	638
Saldo final em 31 de dezembro	2.788	29.936

b. Arrendamentos

Operações	Encargos	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Arrendamento - Banco IBM ^(*)	CDI + 0,92% a.a.	-	2.035	-	2.035
Arrendamento - Direito de uso exclusivo ^(**)	IGPM + 5,87% a.a.	4.860	4.889	4.860	4.889
Contrato de aluguel ^(***)	IGPM + 3,70% a.a.	14.992	16.284	15.418	17.059
Total		19.852	23.208	20.278	23.983
Total Circulante		5.999	7.602	6.315	7.959
Total Não Circulante		13.853	15.606	13.963	16.024
Total		19.852	23.208	20.278	23.983

(*) Aquisição de *software* junto ao Banco IBM S.A. refere-se a arrendamentos.

(**) Refere-se direito de uso exclusivo de *software*.

(***) Refere-se a arrendamento dos imóveis da sede da controladora e das investidas no qual está registrado na rubrica ativo de direito de uso no imobilizado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o montante de R\$1.426 e R\$1.533, respectivamente refere-se à reajustes dos contratos de alugueis da controladora e das investidas.

O saldo do passivo não circulante de Arrendamentos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	4.706	-	5.022
2023	5.297	3.048	5.407	3.150
2024	3.614	3.314	3.614	3.314
2025	3.042	2.794	3.042	2.794
2026	1.900	1.744	1.900	1.744
Total	13.853	15.606	13.963	16.024

A movimentação do Arrendamentos é assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial em 1 de janeiro	23.208	20.703	23.983	20.703
Novo arrendamento ^(*)	4.173	10.760	4.213	11.809
Pagamento de principal	(9.462)	(9.573)	(9.995)	(9.991)
Pagamento de juros	(211)	(417)	(211)	(273)
Juros provisionados	2.144	1.735	2.326	1.735
Baixa do passivo de arrendamento	-	-	(38)	-
Saldo final em 31 de dezembro	19.852	23.208	20.278	23.983

(*) Em março de 2020, a Companhia arrendou o 24º andar para ampliação de suas operações em sua sede situada em Alphaville. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve reajuste dos contratos de arrendamentos no montante de R\$1.426 e R\$1.533 em 31 de dezembro de 2020.

16 Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de balanço patrimonial das debêntures emitidas estão compostas da seguinte forma:

Operação	Encargos	Controladora e Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020
Debêntures	CDI + 3,70 a.a.	126.667	190.000
Pagamento de principal		(63.332)	(63.333)
(-) Custo de emissão a apropriar		(812)	(1.787)
Juros sobre o principal		1.345	1.394
Total		63.868	126.274
Circulante		63.868	63.752
Não Circulante		-	62.522

O saldo do passivo não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	63.334
Total	-	63.334
Custo de transação	-	(812)
Saldo final do exercício	-	62.522

A movimentação das debêntures é assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial em 1 de janeiro	126.274	190.359
Pagamento de principal - 3º emissão	(63.333)	(63.332)
Pagamento de juros	(3.136)	(8.439)
Juros provisionados	3.088	6.712
Custos de transações pagos	(161)	(191)
Custos de transações apropriados no resultado	1.136	1.165
Saldo final em 31 de dezembro	63.868	126.274

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em conformidade com os *covenants* financeiros das debêntures. Os *covenants* da dívida exigem uma avaliação anual de conformidade, que será realizada em conjunto com os relatórios de final de exercício.

As debêntures são passivos financeiros classificados como custo amortizado.

17 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para férias e encargos sobre férias	9.788	8.078	10.958	8.078
Programa de participação nos resultados - PPR	12.873	17.316	12.873	17.821
Encargos sociais	3.605	3.617	4.286	3.618
Outros	292	521	730	521
Total	26.558	29.532	28.847	30.038

18 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com os acionistas da Companhia, as quais foram realizadas em preços de mercado, dos quais os saldos entre Controladora e suas controladas são eliminados para fins de consolidação. Todos os saldos em aberto com essas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para dívidas incobráveis ou perdas de créditos esperadas em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Partes relacionadas	Natureza	Ativo Circulante			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Associação Comercial de São Paulo	(a)	262	164	262	164
Acordo Certo Ltda	(d)	928	-	-	-
Total		1.190	164	262	164

Passivo Circulante

Partes relacionadas	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Neurotech Tecnologia da Informação S.A.	(b)	4	256	4	256
TMG Serviços de Gestão Ltda	(c)	125	242	125	242
Total		129	498	129	498

Empresa	Natureza	Demonstrações de Resultados		Demonstrações de Resultados	
		31.12.2021		31.12.2020	
		Receita Operacional	Custos e Despesas	Receita Operacional	Custos e Despesas
Associação Comercial de São Paulo	(a)	1.263	-	1.002	(853)
Neurotech Tecnologia da Informação S.A.	(b)	-	(2.990)	-	(3.131)
TMG Serviços de Gestão Ltda	(c)	-	(1.250)	-	(3.264)

- (a) Refere-se a prestação de serviços de consulta de dados.
- (b) Refere-se a comissionamentos sobre vendas de parceria com a Neurotech.
- (c) Refere-se a prestação de serviços por acionistas chaves da Administração da Companhia.
- (d) Refere-se a prestação de contas de despesas incorridas pela Acordo Certo.

A Associação Comercial de São Paulo e a TMG Serviços de Gestão Ltda são acionistas da Companhia. A Neurotech Tecnologia da Informação S.A. é uma coligada da TMG. A Acordo Certo Participações S.A. é uma investida da Companhia.

18.1a Remuneração dos Administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo, cuja despesa foi contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Anualmente, na Assembléia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração fixa anual	6.260	4.600
Remuneração variável	8.576	6.693
Total da remuneração	14.836	11.293

18.1b Plano de opções de ações

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Plano de ações restritas	1.225	-
Plano de opções de ações	-	18.443
Total	1.225	18.443

Refere-se a despesas relacionadas ao plano de opções de ações e ações restritas referente aos Administradores e Conselheiros contabilizados no resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº. 31.

19 Obrigações por aquisições de investimentos

A composição de obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, segue abaixo:

Obrigações por aquisição de investimento	31.12.2021			31.12.2020
	Acordo Certo	Konduto	Controladora	Controladora
Parcela fixa	100.623	-	100.623	100.623
Parcela variável	244.082	-	244.082	243.395
Parcela retida ^(*)	2.000	6.470	8.470	6.500
Baixa do preço de aquisição complementar ^(***)	(196.558)	-	(196.558)	-
Ajuste a valor presente sobre parcela fixa e variável	(16.032)	-	(16.032)	(30.073)
	<u>134.115</u>	<u>6.470</u>	<u>140.585</u>	<u>320.445</u>
Total Circulante ^(**)			-	4.500
Total Não Circulante			<u>140.585</u>	<u>315.945</u>
Total			<u>140.585</u>	<u>320.445</u>

^(*) Refere-se a ajuste de preço inicial conforme cláusulas contratuais no contrato de compra e venda, conforme nota explicativa 13.

^(**) O saldo do circulante das obrigações por aquisição de investimentos da adquirida Acordo Certo no montante de R\$4.500 estava previsto para pagamento em 30 de março de 2021, no qual houve o ajuste de preço e foi totalmente liquidado em 30 de junho de 2021.

^(***) Conforme nota explicativa 2(ii)

O saldo do passivo não circulante de obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	31.12.2021		31.12.2020
	Acordo Certo	Konduto	Controladora e Consolidado
2023	121.115	6.470	127.585
2024	3.000	-	3.000
2025	5.000	-	5.000
2026	5.000	-	5.000
Total	<u>134.115</u>	<u>6.470</u>	<u>140.585</u>

20 Adiantamento de clientes

Refere-se aos valores pagos antecipadamente pelos clientes para a futura utilização dos serviços por um determinado período. A receita desses contratos será reconhecida conforme o uso dos produtos/serviços fornecidos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.368	4.811	1.385	4.811
Adições	8.217	8.835	8.221	8.852
Utilização ^(*)	(7.357)	(12.278)	(7.374)	(12.278)
Saldo final 31 de dezembro	<u>2.228</u>	<u>1.368</u>	<u>2.232</u>	<u>1.385</u>

^(*)No momento em que o cliente utilizar os serviços, a Companhia reconhecerá a receita de serviços sobre os adiantamentos de clientes.

21 Provisões e impostos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as provisões e impostos a pagar estão apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Obrigações tributárias ^(a)	51.511	27.986	52.726	29.570
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas ^(b)	8.036	7.246	8.036	7.246
	<u>59.547</u>	<u>35.232</u>	<u>60.762</u>	<u>36.816</u>
Circulante	21.362	4.239	22.577	5.823
Não Circulante	38.185	30.993	38.185	30.993
Total	<u>59.547</u>	<u>35.232</u>	<u>60.762</u>	<u>36.816</u>

a. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Circulante				
Pis e Cofins a recolher ^(*)	3.782	372	4.134	594
Pis e Cofins a recolher sobre baixa de parcela variável ^(***)	9.140	-	9.140	-
Imposto de renda retido na fonte ^(**)	6.808	2.421	6.920	2.426
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	-	1.024
ISS a recolher	1.560	1.342	1.694	1.662
Outros impostos a recolher	72	104	689	117
Subtotal	<u>21.362</u>	<u>4.239</u>	<u>22.577</u>	<u>5.823</u>
Não Circulante				
INSS sobre verbas indenizatórias	7.759	4.658	7.759	4.658
ISS - Base de Pis e Cofins	12.954	11.060	12.955	11.060
Dedutibilidade SEBRAE/INCRA e FNDE	9.436	8.029	9.435	8.029
Subtotal	<u>30.149</u>	<u>23.747</u>	<u>30.149</u>	<u>23.747</u>
Total Obrigações Tributárias ^(a)	<u>51.511</u>	<u>27.986</u>	<u>52.726</u>	<u>29.570</u>

- (*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve revisão de créditos extemporâneos pertinentes as contribuições ocasionando uma redução ao valor a recolher.
- (**) O aumento do Impostos de Renda Retido na Fonte é oriundo da retenção do Juros sobre Capital Próprio proposto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia discute através de processos judiciais a legalidade sobre o pagamento de certos tributos conforme descritos abaixo:

- (i) **INSS - Verbas indenizatórias**
Foi ajuizado mandado de segurança pela Companhia para (1) obter o reconhecimento da não incidência da Contribuição Social Previdenciária (INSS-parte da empresa), do SAT/RAT e das Contribuições de Terceiros (Salário Educação; INCRA e Sistema "S") sobre as seguintes verbas: a) 1/3 de férias (gozadas); b) aviso prévio indenizado; c) auxílio-doença (pagamento dos primeiros 15 dias); d) auxílio-acidente; e) férias indenizadas. As alegações da Boa Vista Serviços S.A. em relação aos outros montantes solicitados na apelação não foram concedidas e, como resultado, a sentença de primeira instância não foi revisada em relação a isso. Como não houve manifestação da decisão em relação ao 13º salário indenizado e sobre o abono de férias, foram opostos em, 13.03.2018, embargos de declaração pela Companhia, os quais ainda aguardam julgamento.

Com relação a obrigação tributária referente ao INSS sobre verbas indenizatórias houve uma mudança de classificação para perda provável na incidência das contribuições sobre o terço constitucional de férias gozadas em que o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu de forma desfavorável à Companhia por meio de Repercussão Geral nº 1.072.485.

Importante salientar que o processo específico da Companhia ainda aguarda julgamento pela Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), mas, certamente, será influenciado pelas decisões do STF. A decisão do caso concreto da Companhia ainda não tem data prevista para ocorrer.

O STF também julgou, em definitivo, a tese sobre a incidência de contribuição sobre o adicional de 10% do valor do FGTS nas demissões imotivadas em desfavor dos contribuintes, decisão tomadas no Recurso Extraordinário nº 878.313, desta forma, a classificação foi alterada para perda provável.

O STF entende que "É constitucional a contribuição social prevista no artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, tendo em vista a persistência do objeto para a qual foi instituída".

- (ii) **ISS - Base de PIS e COFINS**
Mandado de Segurança ajuizado pela Companhia para obter o reconhecimento do direito líquido e certo de excluir das bases de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, o valor correspondente ao ISS devido pela Companhia, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário em questão, tendo em vista que sobre a parcela de ISS não pode incidir as contribuições sociais que tenham como base de cálculo o faturamento, pois o imposto não é faturamento nem receita bruta da empresa, que simplesmente arrecada e recolhe o tributo. Atualmente, os autos encontram-se sobrestados em razão do RE nº 592.616, com repercussão geral reconhecida, para a análise específica quanto à exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

- (iii) **Dedutibilidade - SEBRAE, INCRA e FNDE**
Mandado de Segurança impetrado pela Companhia com o objetivo de ter reconhecida a inconstitucionalidade das Contribuições ao INCRA; Contribuição ao SEBRAE e Contribuição ao FNDE (Salário-educação), haja vista a impossibilidade de que sejam calculadas sobre a folha de salários, por vedação expressa do texto da Constituição Federal, alterado pela EC 33/2001.

Em 23 de maio de 2019 Certificado o trânsito em julgado da decisão que julgou prejudicado o Agravo interposto pela Boa Vista. Em 24 de maio de 2019 os autos foram arquivados definitivamente.

A possibilidade de perda foi alterada de "possível" para "provável" de acordo com nossos assessores jurídicos em virtude (i) da tese fixada no julgamento do RE 603.624/SC, nos termos do acórdão publicado em 13 de janeiro de 2021, em que, por maioria, os Ministros do STF reputaram ser constitucional a contribuição destinada ao SEBRAE, apesar das alterações promovidas pela EC nº 33/2001 no texto do art. 149, da CF/88, bem como (ii) da aplicação, por analogia, do mesmo entendimento às contribuições ao INCRA (RE 630.898/RS) e ao FNDE, cuja discussão está baseada no mesmo argumento apreciado e refutado pelo Plenário do STF. Dado que a Companhia sempre

provisionou os valores recolhidos judicialmente, não houve nenhum impacto financeiro dada alteração da probabilidade de perda desse processo.

- (iv) **Despachos decisórios**
 Os créditos utilizados na PER/DCOMP analisada são oriundos de saldo negativo de IRPJ formado pelas deduções de Imposto de Renda Retido, sendo que os créditos não foi reconhecido em sua totalidade em razão da suposta ausência de comprovação da retenção tomadoras de seus serviços. A Companhia demonstrou através do jurídico a correlação entre os valores retidos pelas tomadoras de serviços e os respectivos documentos comprobatórios da retenção.

Os créditos utilizados na PER/DCOMP analisada são oriundos de crédito de PIS e COFINS referente a pagamento a maior, sendo que os créditos não foi reconhecido em sua totalidade em razão da suposta ausência de comprovação. A Companhia demonstrou através do jurídico a correlação entre os valores recolhidos a maior e os respectivos documentos comprobatórios.

Abaixo as movimentações das obrigações tributárias sob discussão judicial:

	Controladora e Consolidado			
	INSS - Verbas indenizatórias	ISS - Base de Pis e Cofins	Dedutibilidade - Sebrae / Incra / FNDE	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	4.658	11.060	8.029	23.747
Adições de Principal	2.954	1.514	1.046	5.514
Adições de juros	147	380	361	888
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.759	12.954	9.436	30.149

b. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações.

A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Cíveis	4.588	3.546
Tributárias	796	781
Trabalhistas	2.652	2.919
Total	8.036	7.246
Não Circulante	8.036	7.246

(i) Provisões para riscos cíveis

A maioria das ações cíveis são decorrentes de processos levantados contra a Companhia nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, requerendo indenizações por danos morais pelo suposto não-envio da notificação prévia prevista pelo artigo 43, parágrafo 2º da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor pela Companhia. Na maioria dessas ações, a empresa comprova o envio de tal notificação obtendo êxito na ação judicial.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão cível apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

(ii) Provisões para risco tributário

Despacho decisório referente a homologação parcial pela Receita Federal, sob compensação de tributos federais retidos na fonte referente a emissão de notas fiscais, para o pagamento de IRPJ e CSLL do período compreendido entre janeiro de 2011 à dezembro de 2011, declarada através de PERDCOMP.

(iii) Provisões para risco trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas cuja natureza dos principais pedidos são de horas-extras e equiparação salarial. A Companhia também possui processos judiciais trabalhistas de prestadores de serviços terceirizados nos quais a Companhia tem responsabilidade conjunta é subsidiária no processo.

Abaixo as movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora e Consolidado			
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	3.546	781	2.919	7.246
Adições	5.833	-	977	6.810
Pagamentos	(4.791)	-	(1.244)	(6.035)
Atualização de juros e multas	-	15	-	15
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>4.588</u>	<u>796</u>	<u>2.652</u>	<u>8.036</u>

(iv) Passivos contingentes possíveis

Não houve alterações significativas a respeito do andamento dos processos judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais classificadas com riscos de perda possível, no montante totalizado em R\$74.101 e R\$66.584 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

1. Amortização de ágio fiscal

Em razão de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2015, a Companhia discute a dedutibilidade do IRPJ e CSLL referente a amortização do ágio de incorporação originado do acervo patrimonial vertido da aquisição da Equifax do Brasil Ltda. (R\$25.212) e amortização de base de dados originado do acervo patrimonial vertido pelo aumento de capital integralizado pela Associação Comercial de São Paulo (R\$16.249). O valor atualizado (Selic) do auto de infração é de R\$45.083. A Companhia apresentou impugnação dentro do prazo legal, foi avaliado pela Delegacia de Julgamento correspondente, que julgou procedente na parte da base de dados adquirido pela Associação Comercial de São Paulo. Atualmente está aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais -

CARF. De acordo com o julgamento da administração amparada pela opinião dos advogados, a probabilidade de êxito da discussão é considerada "possível" e, por esse motivo, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

2. Execução fiscal ISS Municipal de Campinas

Execução Fiscal decorrente do auto infração nº 002298/2013, ajuizada pela Fazenda Pública do Município de Campinas contra a Boa Vista Serviços S.A. para a cobrança de débitos relativos ao ISS sobre a prestação de serviços nos períodos compreendidos entre 1 de junho de 2011 e 31 de maio de 2013 a clientes localizados no Município de Campinas. O impacto financeiro em caso de perda do processo é de R\$1.912.

3. Execução fiscal ISS Municipal de São Paulo

Trata-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo para veicular a exigência de valores referentes ao suposto recolhimento a menor realizado pela Impugnante, relativos ao ISS incidente sobre a atividade de emissão de certificados digitais, bem como multa pelo descumprimento de obrigação acessória, relativa à suposta incorreção na emissão de notas fiscais eletrônicas. O impacto financeiro em caso de perda do processo é de R\$4.730.

4. Contingências trabalhistas

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$8.935 (31 de dezembro de 2020 – R\$3.927), cujo risco de perda foi classificado como "possível" na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2021.

(v) Depósitos Judiciais

A Companhia concedeu garantias aos processos de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias como segue:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contingências cíveis	1.777	5.601
Contingências trabalhistas	1.285	2.213
Passivos tributários ^(a)	12.225	7.833
Total	<u>15.287</u>	<u>15.647</u>

^(a) Em 13 de setembro de 2021, foi disponibilizado nos autos do processo o mandado de levantamento eletrônico referente aos depósitos judiciais de processo por desacordo de cláusulas contratuais com fornecedor no montante de R\$19.129. O processo foi arquivado na mesma data com sua respectiva baixa no depósito judicial.

Em 24 de junho de 2021 foi efetuado um depósito judicial no montante de R\$576, em razão do encerramento do processo na esfera administrativa relativamente aos Processos de Cobrança nºs 10880.945.985/2014-01 e 10880.945.986/2014-08 e a correlata exigência da multa por compensação não homologada no Auto de Infração do Processo Administrativo nº 11080.736975/2018-81.

Seguro Garantia

Em 2017, a Companhia realizou um seguro garantia com limite de cobertura no montante de R\$2.401, referente a Execução Fiscal do Município de Campinas decorrente do auto infração nº 002298/2013, ajuizada pela Fazenda Pública do Município de Campinas contra a Boa Vista Serviços S.A.

Em 2 de julho de 2021, a apólice de seguro garantia no montante de R\$4.720 foi renovada, com gasto total de R\$18 com permanência de vigência inalterada até 10 de julho de 2024, referente aos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, relativos ao suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre a atividade de emissão de certificados digitais, bem como multa pelo descumprimento de obrigação acessória.

Essas cobranças tributárias foram questionadas em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia perante o Fórum da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era representado pelo montante de R\$1.715.269 (31 de dezembro de 2020 - R\$1.638.058) e composto por 531.440.373 (31 de dezembro de 2020 - 520.797.860) ações ordinárias nominativas emitidas, escriturais e sem valor nominal.

	Capital Social	
	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	1.638.058	202.129
Aumento de capital - IPO - 28/09/2020	-	1.016.667
Aumento de capital - Green Shoe - 09/10/2020	-	283.010
Aumento de capital - Exercício Bônus de Subscrição - 06/11 a 11/11/2020 (*)	-	136.252
Aumento de capital – Exercício <i>Stock Option</i>	48.488	-
Aumento de capital - Konduto	28.723	-
Saldo em 31 de dezembro	1.715.269	1.638.058

	Quantidade de ações	
	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	520.797.860	373.605.000
Aumento de capital - IPO - 28/09/2020	-	83.333.333
Aumento de capital - Green Shoe - 09/10/2020	-	23.197.527
Aumento de capital - Exercício Bônus de Subscrição - 06/11 a 11/11/2020 (*)	-	40.662.000
Aumento de capital – Exercício <i>Stock Option</i>	7.758.000	-
Aumento de capital - Konduto	2.884.513	-
Saldo em 31 de dezembro	531.440.373	520.797.860

(*) Os acionistas que exerceram o Bônus de Subscrição foram: Associação Comercial de São Paulo (25.182.000 ações), Associação Comercial do Paraná (570.000 ações) e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL POA (342.000 ações). Esse aumento de capital foi ratificado em Reunião do Conselho de Administração em 30 de novembro de 2020. O acionista TMG II Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia exerceu seu direito de Bônus de Subscrição totalizando a quantidade de 14.568.000 ações, ratificado em Reunião do Conselho de Administração em 6 de novembro de 2020.

b. Reservas de capital

Reserva de Bônus de Subscrição

Os bônus foram exercidos por todos os acionistas participantes do aumento de capital conforme mencionado no item a, exceto por um acionista, pelo mesmo preço do referido aumento de capital R\$60.002 corrigidos pelo IPCA até a data da integralização, sendo que em 23 de setembro de 2020 expirou-se o prazo de exercício.

Ágio na subscrição de ações

Em 2012, a Companhia adquiriu a Equifax do Brasil Ltda. através de um montante pago em ações próprias que representaram 15% de participação no seu capital. O valor justo dos instrumentos patrimoniais transferidos para o adquirido foi de R\$128.250 maior que o valor contábil. Além disso, a subsequente incorporação da Equifax do Brasil Ltda aumentou a reserva em R\$8.080 em 31 de maio de 2011.

A Companhia registrou na rubrica “Reservas de capital” o montante de R\$16.177 referente ao valor justo na combinação de negócios e R\$19.474 referente a Bônus de Subscrição em decorrência da aquisição da investida Konduto Internet Data Technology S.A. conforme nota explicativa 2 – Combinação de Negócios.

c. Reservas de capital

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

d. Dividendo e juros sobre capital próprio

Em 26 de maio de 2021, a Companhia realizou o pagamento de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$11.086, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2021.

Em 16 de dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração a distribuição e o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no montante de R\$35.146 referente ao lucro líquido de nove meses de 2021 com pagamento previsto a partir de 14 de abril de 2022. Esse JCP líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	155.031	46.677
Reserva legal - 5%	(7.752)	(2.334)
Aplicação inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16	-	(1.053)
Base de cálculo para dividendos mínimo obrigatórios	147.279	44.343
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	36.820	11.086
Dividendos adicionais propostos pela Administração	5.272	-
Total dividendos propostos	42.092	11.086
Forma de pagamento:		
Juros sobre Capital Próprio	35.146	-
Dividendos propostos	6.946	11.086
Total dividendos	42.092	11.086
Quantidade de ações em circulação	531.440.373	520.797.860
JCP/Dividendos por ação	0,07920	0,02129

Os dividendos mínimos obrigatórios e os deliberados estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais na rubrica “Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”.

A proposta de orçamento de capital de 2022 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo no montante de R\$105.187 da conta de reserva de retenção de lucros para fazer frente a um orçamento de capital previsto de R\$261.229, sendo que a diferença R\$156.042 será proveniente de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

O presente orçamento de capital visa atender ao plano de investimentos da Companhia elaborado para o exercício social de 2022, sendo certo que os recursos serão destinados ao cumprimento do plano estratégico da Companhia, que envolvem investimentos necessários em Capex (Dados, Novos Produtos e Tecnologia/Infraestrutura) para a consolidação do seu crescimento.

23 Impostos de renda e contribuição social

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social corrente	(62.150)	(18.547)	(62.195)	(18.623)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:				
Diferenças temporárias	9.034	3.213	12.139	3.213
Total de imposto de renda das operações continuadas	<u>(53.116)</u>	<u>(15.334)</u>	<u>(50.056)</u>	<u>(15.410)</u>

b. Reconciliação de despesas fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social ^(a)	208.147	62.011	205.087	62.087
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(70.770)	(21.084)	(69.730)	(21.110)
(Adições) exclusões permanentes:				
Incentivos fiscais ^(b)	8.381	1.942	8.381	1.942
Juros sobre o capital próprio	11.950	-	11.950	-
Despesas de antecipação de <i>vesting</i> Plano de Ações	-	(15.640)	-	(15.640)
Gastos com emissão de ações	340	23.629	340	23.629
Outras adições e exclusões não dedutíveis	269	(4.205)	(1.021)	(4.255)
Equivalência Patrimonial	(3.304)	-	-	-
Outros	24	24	24	24
Total Imposto de renda e contribuição social	<u>(53.116)</u>	<u>(15.334)</u>	<u>(50.056)</u>	<u>(15.410)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(62.150)	(18.547)	(62.195)	(18.623)
Alíquota efetiva corrente	29,86%	29,91%	30,33%	30,00%
Alíquota efetiva total	25,52%	24,73%	24,41%	24,82%

^(a) Refere-se a “Lei do Bem” e Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício.

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora			Consolidado				
	Saldos em	Reconhecido no resultado		Saldos em	Reconhecido no resultado		Saldos em	
	31.12.2020	Adições	Baixas	31.12.2021	31.12.2020	Adições	Baixas	31.12.2021
Provisões diversas ⁽ⁱ⁾ e receitas diferidas	25.642	10.091	(10.741)	24.992	25.642	10.091	(12.049)	23.684
Prejuízo fiscal de IRPJ e Base de Cálculo Negativa de CSLL	-	-	-	-	-	4.163	-	4.163
Amortização de Mais Valia de ativos ⁽ⁱⁱ⁾	-	6.602	-	6.602	-	6.602	-	6.602
Amortização de passivo contingente das aquisições	-	5.007	-	5.007	-	5.007	-	5.007
Perda por redução ao valor recuperável de ativos ^(iv)	-	61.637	-	61.637	-	61.637	-	61.637
Amortização da carteira de cliente (Equifax) ⁽ⁱⁱⁱ⁾ e receitas a faturar	(2.135)	(1.049)	1.193	(1.991)	(2.135)	(1.049)	1.193	(1.991)
Arrendamentos	(1.350)	-	17	(1.333)	(1.350)	(5)	17	(1.338)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	22.157	82.288	(9.531)	94.914	22.157	86.446	(10.839)	97.764
Baixa do preço de aquisição complementar controlada ^(iv)	-	-	(63.722)	(63.722)	-	-	(63.722)	(63.722)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	(63.722)	(63.722)	-	-	(63.722)	(63.722)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	22.157	82.288	(73.253)	31.192	22.157	86.446	(74.561)	34.042

- (i) Refere-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários;
- (ii) Refere-se a amortização de Mais Valia de ativos e ajuste a valor presente da parcela registrada na rubrica obrigações por aquisição de investimento;
- (iii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda.
- (iv) Efeitos tributários referentes a provisão por redução ao valor recuperável de ativos e baixa do preço de aquisição complementar da UGC Acordo Certo. Conforme nota explicativa 2(ii).

Prazo de realização dos impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de diferenças temporárias e serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. A expectativa da Administração é de que o valor total dos impostos diferidos ativos seja realizado durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

A reavaliação de ativos e amortizações de Mais Valia serão realizadas a partir da efetiva incorporação da controlada com seus respectivos prazos de vida útil e o efeito tributário da baixa do preço de aquisição complementar será realizado no pagamento, ambos previstos para 2023.

24 Segmento operacional

A Companhia possui apenas um segmento operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

O seguinte resumo descreve os produtos do segmento reportável da Companhia:

(a) Segmento de serviços para decisão e recuperação

Os principais serviços prestados para Decisão e Recuperação encontram-se relacionados abaixo:

(i) *Serviços para Decisão*

Produtos que englobam as Soluções da Companhia oferecidas para suportar empresas e consumidores em suas relações de negócios que envolvem algum tipo de risco. Os produtos de Serviços para Decisão são:

a. *Soluções Analíticas*

Portifólio de produtos foco de venda da Companhia. Além dos dados apresentados nos relatórios de risco, disponibiliza Soluções Analíticas baseadas em modelos estatísticos para auxiliar empresas a tomarem decisões de negócio mais assertivas e eficientes.

b. *Relatórios de Risco*

Portfólio de produtos legado, relatórios com dados cadastrais, demográficos e restritivos, para auxiliar empresas na tomada de decisão de negócios.

c. *Soluções de Marketing*

Portifólio de produtos para auxiliar empresas a identificar novos clientes e rentabilizar sua carteira. Disponibilizamos soluções com inteligência analítica para suportar empresas a identificar clientes com o perfil mais adequado ao seu *target*.

d. *Soluções para o Consumidor*

Soluções para suportar o próprio consumidor a gerenciar sua vida financeira. Em caso de consultas ou inclusão de débitos, o consumidor é notificado.

(ii) Serviços de Recuperação

Produtos que englobam as Soluções da Companhia para suportar empresas na recuperação de dívidas. Os produtos de recuperação de serviços são:

a. Soluções Digitais

Portifólio de produtos foco de venda da Companhia. Soluções eficientes para gestão das carteiras inadimplentes dos credores e envio de comunicação de cobrança aos devedores por veículos digitais, como SMS e e-mail.

b. Soluções Impressas e Relatórios

Envio de carta impressa para cobrança de devedores e relatórios com histórico de débitos dos consumidores.

Segmentos Geográficos

A Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Maior Cliente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as receitas pertencentes a um grupo econômico representaram 11,25% (2020 - 16,1%), respectivamente, do total da receita líquida de serviços da Companhia e suas controladas. Não há outros clientes que representem mais que 10% da receita total nos exercícios.

25 Receita líquida de serviços

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta de serviços	805.575	709.886	847.020	710.881
Impostos sobre serviços (Pis / Cofins / ISS)	(90.881)	(80.496)	(95.738)	(80.582)
Total	<u>714.694</u>	<u>629.390</u>	<u>751.282</u>	<u>630.299</u>

Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes por principais linhas de serviços e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com o segmento reportável da Companhia.

<i>Em milhares de Reais</i>	Controladora		Consolidado	
Para os períodos findos	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Principais produtos / linhas de serviços				
Serviços para Decisão				
Soluções Analíticas	417.953	333.752	417.953	333.752
Relatórios de Risco	145.181	156.736	145.181	156.736
Soluções de <i>Marketing</i>	38.922	32.387	38.922	32.387
Soluções Antifraude	7.070	5.833	16.629	5.833
Soluções para o Consumidor	2.527	637	29.556	638
Serviços de Recuperação				
Soluções Digitais	58.855	45.359	58.855	45.359
Soluções impressas e Relatórios	44.186	54.686	44.186	54.686
	714.694	629.390	751.282	629.391
Tempo de reconhecimento de receita				
Serviços transferido em momento específico no tempo	714.694	629.390	751.282	629.391
Receita de contratos com clientes	714.694	629.390	751.282	629.391
Receita conforme reportado na nota 24	714.694	629.390	751.282	629.391

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes para prestação de Serviços de Decisão. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o valor dos adiantamentos de clientes é de R\$2.232 e R\$1.385, respectivamente, que será reconhecido como receita à medida que os serviços sejam utilizados pelo cliente. O montante de R\$7.374 e R\$12.278, foi reconhecido como receita no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, conforme nota explicativa nº 20.

Sazonalidade das operações

A Companhia não está sujeita a flutuações sazonais significativas em suas receitas.

26 Custos, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas por natureza e outras despesas operacionais

a) Custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos a abertura analítica dos saldos de custo dos serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, por natureza:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Natureza				
Salários, benefícios e encargos	(145.911)	(129.508)	(154.967)	(129.509)
Serviços de terceiros	(49.680)	(69.736)	(63.025)	(69.950)
Manutenção	(42.898)	(34.605)	(45.803)	(34.605)
Comunicados e Outros custos variáveis	(35.700)	(48.674)	(54.033)	(49.629)
Consultoria, Auditoria e Legais	(31.054)	(26.719)	(31.909)	(26.742)
Comissões	(13.742)	(9.016)	(13.742)	(9.017)
Vendas e <i>Marketing</i>	(11.041)	(9.260)	(11.204)	(9.576)
Depreciação e amortização	(167.783)	(160.031)	(168.819)	(160.045)
Amortização Mais Valia	(19.417)	-	(19.417)	-
Outros	(13.011)	(19.696)	(17.179)	(19.708)
Total	<u>(530.237)</u>	<u>(507.245)</u>	<u>(580.098)</u>	<u>(508.781)</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(333.650)	(345.918)	(368.952)	(346.873)
Despesas com vendas	(55.823)	(45.615)	(58.830)	(45.931)
Despesas gerais e administrativas	(140.764)	(115.712)	(152.316)	(115.977)
Total	<u>(530.237)</u>	<u>(507.245)</u>	<u>(580.098)</u>	<u>(508.781)</u>

b) Outras despesas operacionais

O montante registrado nessa rubrica na controladora em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$181.285 refere-se ao registro da baixa por redução ao valor recuperável de ativos da UGC Acordo Certo, conforme nota explicativa 2(ii).

27 Resultado Financeiro

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras:				
Descontos obtidos	27	473	27	473
Juros e multas	1.035	1.182	1.019	1.182
Rendimentos sobre aplicações	53.463	7.724	54.265	7.748
Ajuste a valor presente	961	1.141	961	1.141
Outras receitas financeiras	1.132	46	1.148	46
Total receitas financeiras	56.618	10.566	57.420	10.590
Despesas financeiras:				
Descontos concedidos	(859)	(520)	(894)	(520)
Juros e multas passivos	(84)	(122)	(174)	(122)
Com arrendamento mercantil	(2.078)	(1.735)	(2.263)	(1.741)
Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida	(3.051)	(9.204)	(3.060)	(9.204)
Encargos financeiros sobre debêntures	(7.463)	(11.207)	(7.463)	(11.207)
Ajuste a valor presente por aquisição de investimentos	(14.728)	-	(14.728)	-
Outras despesas financeiras	(1.703)	(762)	(1.821)	(767)
Total despesas financeiras	(29.966)	(23.550)	(30.403)	(23.561)
Outras (despesas)/receitas financeiras:				
Baixa do preço de aquisição complementar ^(*)	187.418	-	187.418	-
Resultado financeiro	214.070	(12.984)	214.435	(12.971)

^(*) Refere-se basicamente a baixa do preço de aquisição complementar da UGC Acordo Certo em decorrência da reavaliação dos fluxos de caixa, gerando uma receita financeira no montante de R\$196.558 e a provisão de PIS e COFINS montante de R\$9.140 sobre receita financeira, demonstrado de forma líquida. Conforme nota explicativa 2(ii).

28 Lucro por ação básico e diluído

(i) *Lucro do exercício básico*

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	155.031	46.677	155.031	46.677
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro líquido básico por ação	<u>531.440.373</u>	<u>531.440.373</u>	<u>531.440.373</u>	<u>531.440.373</u>
Lucro líquido básico por ação - R\$	<u>0,29172</u>	<u>0,08783</u>	<u>0,29172</u>	<u>0,08783</u>

(ii) *Lucro do exercício diluído*

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	155.031	46.677	155.031	46.677
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação	531.440.373	531.440.373	531.440.373	531.440.373
Potencial bônus de subscrição ^(a)	1.955.620	1.955.620	1.955.620	1.955.620
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>533.395.993</u>	<u>533.395.993</u>	<u>533.395.993</u>	<u>533.395.993</u>
Lucro líquido por ação diluído - R\$	<u>0,29065</u>	<u>0,08751</u>	<u>0,29065</u>	<u>0,08751</u>

^(a) Bônus de subscrição os quais conferirão a tais acionistas a prerrogativa de subscrever até 1.955.620 ações da Companhia de acordo com prazos e valores de exercício previstos em contrato de compra e venda, conforme nota explicativa nº 2 – Combinação de negócios.

29 Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo o nível de hierarquia do valor justo.

		Controladora			Consolidado				
		31.12.2021			31.12.2021				
		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Valor justo	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Valor justo		
		Custo amortizado	Total	Nível 2	Custo amortizado	Total	Nível 2		
Ativos, conforme balanço patrimonial									
Caixa e equivalente de caixa	7	1.248.451	-	1.248.451	1.248.451	1.266.045	-	1.266.045	1.266.045
Contas a receber	8	-	121.303	121.303	-	-	131.561	131.561	-
Contas a receber - Partes relacionadas	18	-	1.190	1.190	-	-	262	262	-
Total		1.248.451	122.493	1.370.944	1.248.451	1.266.045	131.823	1.397.868	1.266.045
		Controladora			Consolidado				
		31.12.2021			31.12.2021				
		Passivos a valor justo por meio do resultado		Valor justo	Passivos a valor justo por meio do resultado		Valor justo		
		Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total	Valor justo		
Passivo, conforme balanço patrimonial									
Fornecedores	14	-	30.769	30.769	-	-	31.269	31.269	-
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	15 e 16	-	86.508	86.508	-	-	86.934	86.934	-
Obrigações por aquisição de investimento	19	-	140.585	140.585	-	-	140.585	140.585	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	18	-	129	129	-	-	129	129	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.c)	-	38.169	38.169	-	-	38.169	38.169	-
Total		-	296.160	296.160	-	-	297.086	297.086	-

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2021

		Controladora			Consolidado					
		31.12.2020			31.12.2020					
		Valor justo			Valor justo					
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	
Ativos, conforme balanço patrimonial										
	Caixa e equivalente de caixa	7	1.264.650	-	1.264.650	1.264.650	1.300.085	-	1.300.085	1.300.085
	Contas a receber	8	-	119.848	119.848	-	-	125.816	125.816	-
	Contas a receber - Partes relacionadas	18	-	164	164	-	-	164	164	-
	Total		1.264.650	120.012	1.384.662	1.264.650	1.300.085	125.980	1.426.065	1.300.085
		Controladora			Consolidado					
		31.12.2020			31.12.2020					
		Valor justo			Valor justo					
		Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	Passivos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	
Passivo, conforme balanço patrimonial										
	Fornecedores	14	-	39.837	39.837	-	-	40.679	40.679	-
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15 e 16	-	179.418	179.418	-	-	180.193	180.193	-
	Obrigações por aquisição de investimento	19	-	320.445	320.445	-	-	320.445	320.445	-
	Contas a pagar - Partes relacionadas	18	-	498	498	-	-	498	498	-
	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.c)	-	11.086	11.086	-	-	11.086	11.086	-
	Total		-	551.284	551.284	-	-	552.901	552.901	-

Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito; e
- Risco de taxas de câmbio.

(i) ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de variação cambial.

Risco de taxa de juros

Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia mantém na sua maioria os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos bancários são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP ou CDI.

Análise de sensibilidade - Risco de mercado

A Companhia preparou uma sensibilidade para demonstrar o impacto das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos bancários e debêntures. Os instrumentos financeiros passivo foram desagregados em dívidas remuneradas pelo CDI/Selic.

Em 31 de dezembro de 2021, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2022 conforme segue: (i) a taxa do CDI/Selic em 11,25% a.a., com base na projeção do Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade sobre o impacto no resultado da variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Boa Vista Serviços S.A.
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas.
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2021

Consolidado

Operação	Exposição em 31.12.2021	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Risco de taxa de juros						
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1.266.045	Baixa do CDI	11,25%	142.430	178.038	213.645
Debêntures	(63.868)	Alta do CDI	11,25%	(7.185)	(8.981)	(10.778)
Empréstimos/Arrendamentos em moeda local	(2.788)	Alta do CDI	11,25%	(314)	(392)	(470)
Exposição líquida e impacto do risco de taxa de juros	<u>1.199.389</u>			<u>134.931</u>	<u>168.665</u>	<u>202.397</u>

A Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

(ii) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Companhia.

Dentre as alternativas para mitigação do risco de liquidez, estão: captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, reestruturação de dívidas e, se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiro e os ativos financeiros que utilizamos no gerenciamento do risco de liquidez. Os passivos financeiros incluem os valores brutos e não descontados de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período:

	Controladora				
	31.12.2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 4 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.248.451	1.248.451	1.248.451	-	-
Contas a receber	121.303	121.303	109.904	11.399	-
Contas a receber - Partes relacionadas	1.190	1.190	1.190	-	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	(30.769)	(30.769)	(30.769)	-	-
Obrigações por aquisição de investimento	(140.585)	(140.585)	-	(140.585)	-
Empréstimos, financiamentos	(2.788)	(2.889)	(2.889)	-	-
Debêntures	(63.868)	(68.638)	(68.638)	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	(129)	(129)	(129)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(38.169)	(38.169)	(38.169)	-	-
	1.094.636	1.089.765	1.218.951	(129.186)	-
Arrendamentos	(19.852)	(19.852)	(5.999)	(8.911)	(4.942)
	1.074.784	1.069.913	1.212.952	(138.097)	(4.942)

	Consolidado				
	31.12.2021				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 4 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.266.045	1.266.045	1.266.045	-	-
Contas a receber	131.561	131.561	120.162	11.399	-
Contas a receber - Partes relacionadas	262	262	262	-	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	(31.269)	(31.269)	(31.269)	-	-
Obrigações por aquisição de investimento	(140.585)	(140.585)	-	(140.585)	-
Empréstimos, financiamentos	(2.788)	(2.889)	(2.889)	-	-
Debêntures	(63.868)	(68.638)	(68.638)	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	(129)	(129)	(129)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(38.169)	(38.169)	(38.169)	-	-
	1.120.060	1.116.189	1.245.375	(126.186)	-
Arrendamentos	(20.278)	(20.278)	(6.315)	(9.021)	(4.942)
	1.100.782	1.095.911	1.239.060	(138.207)	(4.942)

(iii)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes.

O gerenciamento do risco de crédito se dá pelo próprio modelo operacional da Companhia, no qual a imensa maioria das vendas é realizada na modalidade de venda a prazo com exíguo prazo para pagamento e o restante é realizado através de pagamento antecipado. Ainda assim são feitas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como são adotadas formas eficazes de cobrança. A concessão de crédito pela Companhia é feita seguindo critérios definidos com base em modelos estatísticos - *score*, combinados com informações internas própria do nosso negócio, assim como informações internas, cadastrais ou comportamentais dos consumidores, sendo esses modelos periodicamente revisados com base nos índices de perdas históricas das safras de concessão da carteira.

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento, ver nota explicativa 8.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, referentes a contas a receber, veja nota explicativa 8.

Equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas, instituições financeiras de primeira linha, e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Gestão de Capital

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimo e financiamentos e debêntures, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Controladora e suas controladas são compostos das seguintes formas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
(-) Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa nº 7)	(1.248.451)	(1.264.650)	(1.266.045)	(1.300.085)
(+) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota explicativa nº 15 e 16)	<u>227.093</u>	<u>499.863</u>	<u>227.519</u>	<u>500.638</u>
Endividamento líquido	(1.021.358)	(764.787)	(1.038.526)	(799.447)
Total do patrimônio líquido	2.026.432	1.797.950	2.026.432	1.797.950
Índice de endividamento líquido	-50,40%	-42,54%	-51,25%	-44,46%

(iv) ***Risco de taxas de câmbio***

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos passivos financeiros da Companhia. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus passivos em moeda estrangeira. Em decorrência da atual condição de mercado, especialmente pela pandemia provocada pela Covid-19, o real brasileiro tem experimentado desvalorização em relação à cotação de outras moedas, principalmente o dólar norte-americano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$1,00 = R\$5,5805 (R\$5,1967 em 31 de dezembro de 2020), registrando uma desvalorização do real de aproximadamente 6,88%.

30 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$ 66.958 e de R\$60.560, respectivamente, para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Importância Segurada	
	31.12.2021	31.12.2020
Responsabilidade civil e executivos	40.000	75.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval, fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo, alagamento e inundação)	66.958	60.560
Lucros cessantes	103.800	13.200

31 Benefícios a empregados

(i) Plano de Opção de compra de ações

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Companhia, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Companhia, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Companhia, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia. O Plano contempla 7 colaboradores em 31 de dezembro de 2021.

Abaixo as datas das 8 outorgas realizadas do início do plano até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Outorga	Mês	Ano
1ª	Fevereiro	2012
2ª	Maio	2018
3ª	Agosto	2018
4ª	Outubro	2018
5ª	Março	2019
6ª	Setembro	2019
7ª	Novembro	2019
8ª	Agosto	2020

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Companhia, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. A liquidação das opções é por meio de instrumentos patrimoniais.

O período de “*vesting*” para todas as outorgas é:

1º ano aquisição de 5% dos direitos

2º ano aquisição de 10% dos direitos

3º ano aquisição de 15% dos direitos

4º ano aquisição de 20% dos direitos

5º ano aquisição de 25% dos direitos

6º ano aquisição de 25% dos direitos

Em decorrência da abertura de capital da Companhia, e em consonância com a deliberação da AGE de 10 de dezembro de 2019 que aprovou que, na hipótese de o evento de liquidez ser uma oferta pública inicial de ações, o prazo de carência das opções outorgadas estaria automaticamente antecipado, de modo que 100% das opções outorgadas tornaram-se vestidas e exercíveis, a Companhia registrou em 30 de setembro de 2020 o montante de R\$45.856 referente a antecipação de *vesting* das opções outorgadas e ainda não vestidas na data. Esse lançamento tem caráter não recorrente totalmente atrelado à oferta pública de ações.

Além disso, na mesma AGE aprovou a criação de janelas de tempo para exercício das opções (sendo elas pelo período mínimo de 20 dias e duas vezes ao ano), sendo a primeira janela somente após 6 meses após o processo de abertura de capital.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 5 de abril de 2021, foi aprovado aos beneficiários do Plano de Opção janelas para o exercício de suas opções de compra de ações.

Abaixo as janelas de exercício:

- Entre 1 de abril de 2021 e 20 de abril de 2021;
- Entre 1 de julho de 2021 e 20 de julho de 2021;
- Entre 1 de outubro de 2021 e 20 de outubro de 2021; e
- Entre 1 de janeiro de 2022 e 20 de janeiro de 2022.

Abaixo a movimentação dos saldos de *stock options*:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial em 1 de janeiro	50.014	4.014
Adições	-	144
Antecipação de <i>Vesting</i>	-	45.856
Exercício opções janela Abril/2021	(25.044)	-
Saldo final em 31 de dezembro	24.970	50.014

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Preço médio do exercício por ação- reais	Qtde de opções	Preço médio do exercício por ação- reais	Qtde de opções
Saldo inicial	5,13	11.292.000	4,44	5.646.000
Concedidas	-	-	5,81	5.646.000
Exercidas	5,13	(7.758.000)	-	-
Saldo final	5,13	3.534.000	5,13	11.292.000

Das 3.534.000 mil opções em aberto (11.292.000 mil opções em 31 de dezembro de 2020), todas as opções são exercíveis, decorrente da antecipação de *vesting* atreladas ao evento de liquidez.

Nas janelas de julho e outubro de 2021 não foram exercidas opções.

(ii) ***Plano de Ação Restrita***

Em 10 de dezembro de 2019 através da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado pela Companhia o Plano de Outorga de Ações Restritas. O plano tem por objetivo conceder aos beneficiários elegíveis pelo Comitê a oportunidade de receber Ações Restritas, de modo a promover: (a) a retenção dos Beneficiários; (b) o comprometimento de longo prazo dos Beneficiários e o fortalecimento da cultura de meritocracia, e (c) o alinhamento de interesse entre os Beneficiários e os acionistas da Companhia. Nos termos do art. 125 do Código Civil brasileiro a eficácia do plano está condicionada a liquidação do processo de abertura de capital da Companhia.

Em 31 de março de 2021 foi realizada a primeira outorga desse plano. A outorga terá *vesting* em três anos na seguintes proporções: 30%, 30% e 40%, respectivamente. O valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data da outorga.

Em 31 de dezembro de 2021, segue movimentação conforme quadro abaixo:

Data da outorga	Data de carência	Valor justo na data da outorga	Qtde de ações em 31.12.2020	Novas outorgas	Realizadas	Canceladas	Quantidade de ações em 31.12.21
31/03/2021	Abr/21 a Mar/22	11,51	-	735.359	-	(152.953)	582.406

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Ações em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido, com base no valor justo da ação na data de concessão do plano, e os encargos em despesa com pessoal calculados com base no valor justo da ação na data-base de 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Resultado relativo às outorgas	2.681	-
Despesas com encargos	868	-
Total	<u>3.549</u>	<u>-</u>

32 Transações não envolvendo caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo:		
Aquisição de imobilizado e intangível (*)	20.278	23.983
Investimentos	126.337	320.445
Investimentos - Ajuste a valor presente	14.728	-
Amortização Mais Valia	19.417	-
Passivo:		
Arrendamentos a pagar	(20.278)	(23.983)
Gasto com emissão de ações a pagar	-	(1.018)
Obrigações por aquisição de investimento	(140.585)	(320.445)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(38.169)	(11.086)
Patrimônio líquido:		
Aumento de capital - Incorporação Konduto	38.364	
Bônus de subscrição - Incorporação Konduto	26.010	

(*) Refere-se a direito de uso de imobilizado e *leasing*.

33 Outros assuntos

a) **Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/N.º 01/2021 Sobre créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos**

Com base no julgamento do Recurso Especial (REsp.)1.221.170/PR pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que definiu o conceito de insumos para fins de cálculo dos créditos de PIS e COFINS, a partir da aplicação dos critérios da essencialidade ou relevância dos gastos para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte, bem como devido ao fato da Receita Federal ter atualizado seu entendimento sobre o tema com a edição do Parecer Normativo COSIT/RFB nº 5/2018. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia utilizou o montante total de R\$3.699 e R\$9.735, respectivamente, referente a crédito de PIS e COFINS.

34 Eventos subsequentes

a) **Incorporação**

A Companhia incorporou a controlada Konduto Internet Data Technology S.A. em 1 de janeiro de 2022 os acervos líquidos, a valor contábil, demonstradas no quadro abaixo das seguinte controlada:

Balanco Patrimonial	Konduto Internet Data Technology S.A.
Data base	31.12.2021
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.441
Contas a receber	3.282
Despesas antecipadas	2
Impostos a recuperar	105
Outros ativos	52
Total do ativo circulante	4.882
Não circulante	
Imobilizado	43
Total do ativo não circulante	43
Total do ativo	4.925
Passivo circulante e não circulante	5.965
Acervo líquido incorporado	1.040

Em 1 de janeiro de 2022, a controlada Konduto Internet Data Technology S.A. foi incorporada pela Companhia, pelo acervo líquido de R\$1.040, o qual foi avaliado por peritos que emitiram o laudo de avaliação do patrimônio líquido na data base de 31 de dezembro de 2021.

b.) Plano de recompra de ações

Em 24 de fevereiro de 2022, a Companhia aprovou o programa de recompra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de sua emissão, para manutenção em tesouraria e posterior entrega para os participantes do plano vigente da Companhia. O número máximo de ações que poderão vir a ser adquiridas pela Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações é de 1.772.940 representando 0,33% das 531.440.373 ações em circulação em 31 de dezembro de 2021. As ações serão adquiridas no ambiente da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a preços de mercado e intermediadas através da instituição financeira Itaú Corretora de Valores S.A..

Proposta de Orçamento de Capital

Conforme disposto no art. 196 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a administração da **Boa Vista Serviços S.A.** (“Companhia”) vem apresentar a presente proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2022.

A Companhia propõe a retenção de R\$ 105.187.657,67 (cento e cinco milhões, cento e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos) do lucro líquido apurado no exercício social de 2021, após as destinações obrigatórias para fazer frente a um orçamento de capital previsto de R\$ 258.344.507,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e sete reais), sendo que a diferença (*i.e.* R\$ 153.156.849,33 (cento e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e seis mil e oitocentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos) será proveniente de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

O presente orçamento de capital visa atender ao plano de investimentos da Companhia elaborado para o exercício social de 2022, sendo certo que os recursos serão destinados ao cumprimento do plano estratégico da Companhia, que envolvem investimentos necessários em Capex (Dados, Novos Produtos e Tecnologia/Infraestrutura) para a consolidação do seu crescimento.

Barueri, 23 de março de 2021.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Boa Vista Serviços S.A. (“Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Administração da Companhia e dos representantes da KPMG Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal emitem parecer favorável a respeito Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, certificando que estão em condições de serem submetidos à análise e aprovação pelos acionistas da Companhia no âmbito da assembleia geral ordinária a ser realizada em 2022.

23 de março de 2022

Membros do Conselho Fiscal:

José Eduardo de Moraes Sarmento
Antonio Eustáquio Lima Saraiva
Antonio Carlos Pela

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA BOA VISTA SERVIÇOS S.A. REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria da Boa Vista Serviços S.A. (“Boa Vista”) é um órgão estatutário e tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração, e, dentre suas atribuições, compete-lhe a avaliação da prestação dos serviços de auditoria externa, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros à aderência às normas legais, contábeis, estatutárias e regulatórias, estando em funcionamento desde o dia 26 de outubro de 2020. É composto por cinco membros sendo um deles independente.

O Comitê de Auditoria desenvolveu seus trabalhos de acordo com seu Regimento Interno e plano de atividades definidas pelos seus membros.

É responsabilidade da administração da Boa Vista a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e normativos regulatórios vigentes, assim como, a manutenção dos controles internos para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações.

As avaliações do Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, fundamentaram-se nas informações recebidas da Administração da Boa Vista e da KPMG – na qualidade de auditores independentes da Boa Vista – em reuniões cujos assuntos discutidos estão registrados nas respectivas atas deste Comitê de Auditoria, assim como em suas próprias análises complementares decorrentes de suas atuações.

O Comitê de Auditoria revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o correspondente relatório dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o segmento em que a empresa está regulamentada.

Baseado no conjunto de todas essas informações e documentos disponibilizados, e no parecer dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria da Boa Vista recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

23 de março de 2022

Paulo Roberto Pisauro (Coordenador)
Carlos Antonio Rocca
Jean-Claude Ramirez Jonas
Renato Gennaro
Márcio Massao Shimomoto

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

DIRCEU JODAS GARDEL FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.612.888 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 104.674.268-05, com endereço comercial na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º, 15º e 24º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A, 151 A e 241 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da **BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º, 15º e 24º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A, 151 A e 241 A, CEP 06460-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 11.725.176/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

23 de março de 2022.

DocuSigned by:

Dirceu Jodas Gardel Filho

65DBAC5761BE47B...

DIRCEU JODAS GARDEL FILHO

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MONICA FREITAS GUIMARÃES SIMÃO, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG 3122015 e inscrita no CPF/ME sob o nº 555.340.666-87, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com escritório na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Avenida Tamboré, nº 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º, 15º e 24º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A, 151 A e 241 A, CEP 06460-000, na qualidade de Diretora Financeira e de Relações com Investidores da **BOA VISTA SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, pavimentos 11º, 12º, 13º, 14º, 15º e 24º da Torre Sul, conjuntos de escritórios 111 A, 121 A, 131-A, 141 A, 151 A e 241 A, CEP 06460-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 11.725.176/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

23 de março de 2022

DocuSigned by:

Monica Freitas Guimaraes Simão

27E71E4443854EA

MONICA FREITAS GUIMARÃES SIMÃO

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes nas instruções da C.V.M., a Diretoria Estatutária da Boa Vista declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando a sua divulgação.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

As demonstrações contábeis da Companhia são auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.